

MULTIPLUS S.A.

CNPJ nº 11.094.546/0001-75

NIRE nº 35.300.371.658

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Alameda Xingu, nº 350, conjuntos 1501 a 1504, 1701 e 1702, Condomínio iTower, Alphaville

CEP 06.455-911, Barueri/SP

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

27 DE ABRIL DE 2018, ÀS 10H30

Prezados Senhores,

A MULTIPLUS S.A. (“Companhia”) com o objetivo de instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), a ser realizada no dia 27 de abril de 2018, às 10h30, na sede social localizada na Alameda Xingu, nº 350, 17 andar, conjuntos 1701 e 1702, Condomínio iTower Iguatemi Alphaville, Alphaville Empresarial e Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-911, disponibiliza de forma consolidada através do presente Manual todas as informações e documentos necessários para participação de seus Acionistas na Assembleia.

Informamos, ainda, que se encontram à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.pontosmultiplus.com.br/ri), bem como nos sites da B3 (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos: (i) o relatório da administração; (ii) as demonstrações financeiras; (iii) o parecer dos auditores independentes; (iv) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP, sendo certo que os três primeiros itens também foram publicados em 08 de março de 2018 nos jornais “Valor Econômico” e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, respectivamente.

Contamos com a participação de todos os nossos Acionistas.

Barueri, 26 de março de 2018.

Ronald Domingues

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ÍNDICE DO MANUAL

1. Edital de Convocação	04
2. Proposta da Administração	06
3. Anexo I – Comentários da Administração, com as informações do Item 10 do Formulário de Referência	12
4. Anexo II – Proposta de destinação do lucro líquido e de distribuição de dividendos, com as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09	41
5. Anexo III – Informações sobre os candidatos indicados ao Conselho de Administração, com as informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência	48
6. Anexo IV – Remuneração dos Administradores, com as informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência	59
7. Anexo V - Boletim de Voto a Distância	86

MULTIPLUS S.A.
NIRE 35.300.371.658
CNPJ/MF nº 11.094.546/0001-75
Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da MULTIPLUS S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10h30, do dia 27 de abril de 2018, na sede social, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, nº 350, 17º andar, conjuntos 1701 e 1702, edifício iTower Iguatemi Alphaville, Alphaville Industrial, CEP 06.455-911, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a). tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- b). deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social;
- c). ratificar as aprovações de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, os quais foram pagos antecipadamente e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme deliberado nas respectivas Reuniões do Conselho de Administração;
- d). deliberar sobre o pedido de renúncia apresentado pelo Conselheiro, Sr. Ramiro Diego Alfonsin Balza, bem como eleger os membros do Conselho de Administração, obedecendo o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de conselheiros independentes, conforme Estatuto Social da Companhia, em face do término do mandato dos atuais conselheiros.
- e). Informar os valores efetivamente pagos como remuneração global da administração referente ao exercício social encerrado em 2017, bem como aprovar a verba destinada à remuneração global da administração, para o exercício social de 2018.

A Companhia informa que encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.pontosmultiplus.com.br/ri), bem como nos sites da B3 (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i) o relatório da administração; (ii) as demonstrações financeiras; (iii) o parecer dos auditores independentes, também publicados em 08/03/2018, nos jornais "Valor Econômico" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", respectivamente; e (iv) o Manual para Participação na Assembleia Geral, que contém todas as demais informações requeridas pelas Instruções CVM 480/09 e 481/09, conforme alteradas, sobre as matérias a serem examinadas e discutidas.

Instruções Gerais:

1. Nos termos do artigo 126 da Lei n.º 6.404/76, e alterações posteriores, poderão participar da Assembleia ora convocada, todos os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações da Companhia, Banco Itaú S.A., até 24 (vinte e quatro) horas antes da data indicada neste Edital de Convocação, conforme determina o Estatuto Social da Companhia.

2. Os Acionistas deverão apresentar-se antes do horário de início indicado para início da Assembleia, com os seguintes documentos:
 - a) documento de identificação e extrato emitido pelo órgão custodiante com a indicação da participação acionária;
 - b) caso não possa estar presente à Assembleia Geral, o acionista poderá ser representado por procurador, obedecidas as condições legais e instruções para o Boletim de Voto à Distância, no site da Companhia e/ou da CVM;
 - c) com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Sociedade, preferencialmente, com até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia, e
3. Alternativamente, os Acionistas poderão participar da Assembleia mediante o envio do boletim de voto à distância, conforme disponibilizados nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.pontosmultiplus.com.br/ri), em relação às matérias da Assembleia: (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto aos seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente para a Companhia, por correio postal. As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante ou pelo escriturador até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, exceto se enviado diretamente à Companhia, no prazo do item 2, "c" acima. O boletim de voto à distância deverá estar acompanhado dos demais documentos indicados no item 2 acima.
4. Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos no Site de Relações com Investidores – www.pontosmultiplus.com.br/ri.

Barueri, 27 de março de 2018.

ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Encaminhamos a proposta da Administração da Companhia que serão submetidas a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 27 de abril de 2018.

a). Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;

Aprovar: (i) o relatório da administração; (ii) as demonstrações financeiras; (iii) o parecer dos auditores independentes, publicados em 08 de março de 2018 nos jornais "Valor Econômico" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", respectivamente, que encontram-se disponíveis na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.pontosmultiplus.com.br/ri), bem como nos sites da B3 (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Os Comentários da Administração nos termos do item 10 do Formulário de Referência - Instrução CVM 480/09, estão disponíveis no Anexo I desta Proposta.

b). Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social;

Aprovar: Foi apurado o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante total de R\$517.195.709,57 (quinhentos e dezessete milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta e sete centavos), sendo aprovada, conforme proposta da administração da Multiplus, a seguinte destinação: (i) R\$517.195.709,57 (quinhentos e dezessete milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta e sete centavos), para distribuição de dividendos e juros de capital próprio; e (ii) R\$21.459.946,12 (vinte e um milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e doze centavos) para a constituição da reserva legal.

Informamos, ainda, que a destinação ora proposta está perfeitamente refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela administração da Companhia devidamente divulgadas.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo II da presente Proposta.

c). Ratificar as aprovações de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, os quais foram pagos antecipadamente e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2017, conforme deliberado nas respectivas Reuniões do Conselho de Administração.

Aprovar: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, os quais foram pagos antecipadamente e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, sendo o total de R\$ 517.195.709,57 (quinhentos e dezessete milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta e sete centavos), da seguinte forma:

- I) Distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$121.415.627,96 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos), correspondente a R\$0,74893103 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 6.434.474,24 (seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), correspondente a R\$0,03968993 por ação, ou de R\$ 5.306.238,65 (Cinco milhões trezentos e seis mil e duzentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,03273060 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, conforme apurado no Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 31 de março de 2017, após a realização das retenções legais, beneficiando os acionistas que constem do quadro acionário da Companhia em 05 de maio de 2017, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 08 de maio de 2017, inclusive. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos a partir de 20 de junho de 2017, sem qualquer remuneração adicional, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2017, conforme deliberou o Conselho de Administração na reunião realizada no dia 02 de maio de 2017.
- II) Distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$113.532.524,01 (cento e treze milhões e quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e um centavo) , correspondente a R\$0,70024489034738 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$5.978.102,01 (cinco milhões e novecentos e setenta e oito mil, cento e dois reais e um centavo), correspondente a R\$0,03687168432740 por ação, ou de R\$5.079.690,48 (cinco milhões, setenta e nove mil, seiscentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,03133046969345 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, conforme apurado no Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2017, após a realização das retenções legais, beneficiando os acionistas que constem do quadro acionário da Companhia em 08 de agosto de 2017, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 09 de agosto de 2017, inclusive. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos a partir de 13 de setembro de 2017, sem qualquer remuneração adicional, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2017, conforme deliberou o Conselho de Administração na reunião realizada no dia 03 de agosto de 2017.
- III) Distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$148.155.907,01 (Cento e quarenta e oito milhões, cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e sete reais), correspondente a 0,91379468360917 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$6.083.743,50 (Seis milhões e oitenta e três mil e setecentos e quarenta e três reais), correspondente a 0,03752325894614 por ação, ou de R\$5.169.456,77 (Cinco milhões, cento e sessenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,03188412324136 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, conforme apurado no Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 30 de setembro de 2017, após a realização das retenções legais, beneficiando os acionistas que constem do quadro acionário da Companhia em 10 de novembro de 2017, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 13 de novembro de 2017, inclusive. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos a partir de 05 de dezembro de 2017, sem qualquer remuneração adicional, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios

relativos ao exercício social de 2017, conforme deliberou o Conselho de Administração na reunião realizada no dia 07 de novembro de 2017.

- IV) Distribuição integral do saldo de reserva de lucro retido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, depois de efetuadas as retenções legais e deduções dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente, sendo distribuídos como dividendos o valor de R\$ 109.207.988,95 (cento e nove milhões, duzentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos), correspondente a R\$0,67409402385 por ação e juros sobre o capital próprio no valor de R\$6.390.083,24 (seis milhões, trezentos e noventa mil, oitenta e três reais e vinte e quatro centavos), correspondente a R\$0,03944324007 por ação, ou de R\$5.429.757,63 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,03351556242 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, beneficiando os acionistas que constem do quadro acionário da Companhia em 12 de março de 2018, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex dividendo e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 13 de março de 2018, inclusive. Os dividendos e os juros sobre capital próprio ora aprovados serão pagos a partir de 03 de abril de 2018, sem qualquer remuneração adicional, conforme deliberou o Conselho de Administração na reunião realizada no dia 07 de março de 2018 e posteriormente retificada em 22 de março de 2018.

d). deliberar sobre o pedido de renúncia apresentado pelo Conselheiro, Sr. Ramiro Diego Alfonsin Balza, bem como eleger os membros do Conselho de Administração, obedecendo o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de conselheiros independentes, conforme Estatuto Social da Companhia, em face do término do mandato dos atuais conselheiros.

Aceitar o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Ramiro Diego Alfonsin Balza e, oportunamente ao término do mandato dos atuais conselheiros, a Administração da Companhia propõe e recomenda a eleição dos seguintes membros efetivos para o Conselho de Administração:

- **ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA**, brasileiro, economista, portador da cédula de identidade RG 2.389.241 SSP/DF, inscrito no CPF/MF 224.852.601-68, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, como membro Independente da Companhia, indicado pela acionista controladora TAM S/A. O Sr. Antonio atualmente é Presidente da Editora FTD, empresa de capital fechado, pertencente ao Instituto Marista, que atua no mercado editorial, na produção e distribuição de conteúdo didático, sendo uma das líderes do mercado editorial, tendo iniciado as atividades na empresa em 2010. É responsável pela gestão dos negócios da editora, atuando também em diversos comitês do Grupo Marista. Em 2010, foi co-presidente, responsável pelo direcionamento estratégico e gestão dos negócios do Grupo Carlos Chagas, empresa de capital fechado que atua em serviços de saúde. Atuou como Vice-Presidente Executivo do Grupo Notre Dame Intermédica e CEO da Seguradora Notredame, empresa de capital fechado que atua em serviços de saúde e negócios sinérgicos (2008-2009), responsável pela gestão do negócio de seguro saúde. Presidente da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - VisaNet, empresa de capital fechado, controlada pelos Bancos Bradesco, ABN Real e Visa do Brasil, que atua em serviços de rede, transações eletrônica com foco em cartão de crédito e débito, sendo responsável pela gestão dos negócios da empresa (2004- 2008), como Presidente da empresas Brasilveículos Companhia de Seguros (2003 –

2004) e como Vice-Presidente de varejo/distribuição e de controle/relações com investidores do Banco do Brasil (1999-2003). Foi membro dos conselhos de administração do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), grupo La Fonte Participações, Brasilveículos Companhia de Seguros, Aliança do Brasil Companhia de Seguros, Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (VisaNet), Telemar Ceará, Grupo Paranapanema e Companhia Brasileira de Gestão em Serviços – Orizon. Possui diploma de graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília, MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e especialização em Finanças Internacionais pela FGV e Universidade do Texas (EUA). Coursou ainda MBA em Controladoria pela Universidade de São Paulo (Fipecafi), MBA em Ciências Contábeis pela FGV e Breakthrough for Senior Executives pelo International Institute for Management Development, em Lausanne (Suíça).

- **ELCIO ANIBAL DE LUCCA**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 3.330.948-6 SSP/SP e no CPF 200.745.148-49, para o cargo de Conselheiro, como membro Independente da Companhia, indicado pela acionista controladora TAM S/A. O Sr. Elcio é graduado em administração, com pós-graduação e mestrado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo EASP/FGV, Administrador Emérito pelo CRA/SP e Conselheiro de Empresas Certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O Sr. Elcio atuou como Presidente da Serasa no período de 1991 a 2007, Vice Presidente do Conselho de Administração de Empresa de Administração de São Paulo EASP/FGV, Conselheiro da ACREFI, Diretor Setorial da FEBRABAN. Dentre outras atribuições, é atualmente presidente da LUCCRA, Presidente Fundador do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC), Membro do Conselho de Notáveis E-Learnig & Performance Brasil, CTA – Comitê de Auto Avaliação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Conselheiro do CIEE – Centro de Integração Empresa Escola e Conselheiro do IAS – Instituto Ayrton Senna.
- **CLAUDIA SENDER RAMIREZ**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do RG de nº 23.417.461-4 e do CPF de nº 282.612.068-90, residente e domiciliada em São Paulo, para o cargo de Vice Presidente do Conselho de Administração, indicada pela acionista controladora TAM S/A. A Claudia Sender Ramirez iniciou seu trabalho na companhia em dezembro de 2011, como vice-presidente Comercial e de Marketing. Depois de junho de 2012, quando foi concluída a associação entre a TAM e a LAN para a criação do Grupo LATAM Airlines, assumiu a Unidade de Negócios Doméstica Brasil, com ampliação de funções, agregando todo o atendimento a clientes. Assumiu a Presidência da TAM Linhas Aéreas em maio de 2013 e, em abril de 2015, assumiu também a Presidência Executiva da TAM S.A. Claudia dedicou a maior parte de sua carreira ao setor de bens de consumo, com foco em Marketing e em Planejamento Estratégico. Antes de entrar na TAM, ela havia sido vice-presidente de Marketing da Whirlpool Latim América, empresa na qual atuou por sete anos. Também foi consultora da Bain & Company, onde desenvolveu projetos para grandes empresas de diversos setores, incluindo a própria TAM e outras companhias globais de aviação. É engenheira química formada pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA pela Harvard Business School, nos Estados Unidos.
- **RICARDO CAMARGO VEIRANO**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG no. 07675716-0 (IFP/RJ) e CPF no. 018.351.397-52, com domicílio profissional na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 16º. Andar – São Paulo/SP, CEP 04538-133, para o cargo de Conselheiro, indicado pela acionista

controladora TAM S/A. Ricardo C. Veirano é sócio de Veirano Advogados e membro de seu Comitê Gestor, desempenhando a função de CEO. Sua atividade profissional inclui as áreas de fusões e aquisições, private equity, formação de joint ventures, governança corporativa, mercado de capitais e finanças corporativas. Ele é formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ e possui mestrado (LL.M.) pela Faculdade de Direito da Universidade de Chicago, curso para o qual foi selecionado como bolsista pela Fundação Estudar. De 1995 a 1997 foi associado estrangeiro no escritório Cravath Swaine & Moore em Nova York. Ricardo foi Diretor do CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, membro do Comitê Executivo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e Diretor da Fundação Estudar. Atualmente ele é Co-chair do Latin American Regional Forum do International Bar Association – IBA.

- **JEROME PAUL JACQUES CADIER**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG de nº 9.706.109-8 e do CPF nº 127.225.208-69, com domicílio profissional em Santiago - Chile, para o cargo de Conselheiro, indicado pela acionista controladora TAM S/A. O Jerome Cadier iniciou seu trabalho na LATAM Airlines Group em março de 2013, como vice-presidente sênior de Marketing e no início de 2017, assumiu a Presidência da TAM Linhas Aéreas (LATAM Brasil). Anteriormente, Jerome trabalhou na Whirlpool Home Appliances do Brasil entre 2003 e 2014, onde ocupou a Gerência Nacional de Vendas e a Vice-presidência de Marketing. Durante esse período, Jerome também ocupou por dois anos a Presidência da Whirlpool na Austrália e Nova Zelândia. Por fim, entre 1995 e 2002, Jerome atuou como consultor da McKinsey and Company no Brasil. Jerome é engenheiro industrial pela Escola Politécnica de São Paulo (1994) e possui Mestrado pela Kellogg Graduate School of Management (1999).
- **ALINE DE ALMADA MESSIAS**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG nº 21.266.266-1 e do CPF nº 261.948.688-21, com domicílio profissional na Rua Adma Jafet nº 91, Bela Vista, CEP 01.308-050, São Paulo/SP, para o cargo de Conselheira, indicada pela acionista controladora TAM S/A. A Aline iniciou sua carreira profissional em escritórios de advocacia, atuando com M&A, há 25 anos. Formada em Direito pela Universidade Mackenzie em 1994, com especialidade em Direito Comercial Internacional Comparado pela George Washington University (1996). Reconhecimentos: "Latin America Counsel of the Year" (2010) pela ILO (International Law Office – London); " Best Latin America Legal Department " (2015) pela International Legal Alliance Summit & Awards; Diretores Jurídicos mais Admirados (2015 e 2016) pela Análise Editorial. Fluente em inglês, espanhol, francês e italiano. Ingressou no mundo empresarial em 2000, na Whirlpool. Em 2003, assumiu o Jurídico da Sony e implementou a área de Compliance na América Latina, fazendo parte do seu Comitê de Ética e de Gerenciamento de Risco. Foi membro, também, do Comitê de Auditoria da ELETROS (Associação dos Fabricantes de Eletro-Eletrônicos de Manaus). Trabalhou na Google, na Samsung e na LATAM, como Diretora do Departamento Jurídico e Compliance dessas empresas. Na Google, criou o Comitê de Ética, do qual fazia parte. Na Samsung, criou e implementou o Departamento de Compliance em toda a América Latina, bem como o Comitê de Ética, do qual também fazia parte. Na LATAM, participou da implementação da área de Compliance na América Latina. Membro do Comitê de Ética na Latam Brasil. Atualmente, encontra-se no Hospital Sírio Libanês como Diretora Jurídico e Compliance. Ingressou no Hospital em julho de 2017 para implementar o departamento de Compliance. Membro do Comitê de Integridade e

Conduta ("CIC"), coordenadora do Grupo Legal Regulatório da ANAHP (Associação Nacional dos Hospitais Privados) e membro do Comitê de Bioética do Hospital.

Os candidatos indicados declaram para todos os fins de direito, não estarem incurso em nenhum crime que os impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei.

Será cumprido o mandato de 02 (dois) anos pelos candidatos indicados de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o qual se encerra em 27 de abril de 2020.

As informações sobre os candidatos indicados ao Conselho de Administração, com as informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo III da presente Proposta, atendendo ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09 e Anexo A da Instrução CVM 552/14.

e). Informar os valores efetivamente pagos como remuneração global da administração, referente ao exercício social encerrado em 2017, bem como aprovar a verba destinada à remuneração global da administração, para o exercício de 2018.

Em milhares de R\$

	2017
Diretoria	13.200,0
Conselho de Administração	2.100,0
Conselho Fiscal	-
Total	15.300,0

Para o exercício social de 2018, a Companhia recomenda a proposta de remuneração global para a administração, incluindo a remuneração baseada em ações, da seguinte forma:

Em milhares de R\$

	2018
Diretoria	11.602,0
Conselho de Administração	1.042,0
Conselho Fiscal	-
Total	12.644,0

As informações relacionadas ao Item 13 do Formulário de Referência encontram-se no Anexo IV da presente Proposta, atendendo ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

ANEXO I

Comentários da Administração, com as informações do Item 10 do Formulário de Referência

10.1 – Comentários dos diretores sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os dados financeiros referidos abaixo são extraídos de nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Multiplus é a rede de fidelidade líder no segmento de coalizão no Brasil - une mais de 305 empresas e programas de fidelidade de diferentes segmentos em um único programa, que oferece produtos e serviços inovadores, permitindo agregar valor para parceiros e nossos mais de 19,4 milhões de participantes.

A Diretoria da Multiplus entende que a companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para cumprir suas obrigações de curto, médio, e longo prazo. Esse entendimento é respaldado pelos valores indicados nos índices de performance apresentados a seguir e demais justificativas.

Os resultados da companhia podem ter correlação com o mercado de aviação doméstico e internacional, com o desempenho do mercado de cartões de crédito, bem como com os programas de fidelidade dos parceiros varejistas.

Como parte relevante dos resgates realizados pelos participantes da Multiplus se dá em passagens aéreas, a maior parte do custo da Companhia está atrelado ao acordo operacional com a LATAM, e sua aliança com a OneWorld.

Parte relevante do acúmulo de pontos na rede é proveniente dos gastos de consumidores em seus respectivos cartões de crédito, que em sua maioria premiam seu portador em dólares americanos. Portanto, os bancos brasileiros e os gastos de seus clientes nos cartões de crédito têm grande influência no faturamento da Companhia, e indica receita futura. Tendo em vista que a relação comercial entre as partes se dá pela moeda norte-americana, a taxa de conversão do câmbio é um fator correlacionado ao desempenho da Multiplus. A desvalorização do Real proporciona maior faturamento para a Companhia, porém menor quantidade de pontos acumulados.

Em 2017, a Multiplus manteve a liderança no mercado de fidelidade brasileiro, com faturamento de R\$ 2,54 bilhões, aumento de 5,2% em comparação com o ano de 2016, e base de participantes de 19,4 milhões. No ano foram emitidos 92,0 bilhões de pontos, crescimento de 14,0% em relação a 2016 e foram resgatados 75,7 bilhões de pontos, crescimento de 9,7% em comparação com o ano passado. Destaca-se também o encerramento do ano com lucro operacional, medido pelo EBIT, de R\$ 582,7 milhões, um aumento de 4,1% em relação 2016. A margem operacional foi de 25,2% em 2017 contra 25,5% em 2016. A Companhia apresentou receita líquida de R\$ 2.309,7 milhões em 2017 contra R\$ 2.199,2 milhões em 2016 e lucro líquido de R\$ 517,2 milhões em 2017.

O **ano de 2016** foi de grandes desafios para a economia brasileira, e mesmo nesse cenário adverso, a Multiplus mostrou-se, mais uma vez, a resiliência de seu modelo de negócios. Encerramos o ano de 2016

com lucro operacional, medido pelo EBIT, de R\$ 559,7 milhões, um aumento de 12,6% em relação 2015. A margem operacional foi de 25,5% em 2016 contra 22,0% em 2015. A Companhia apresentou receita líquida de R\$ 2.199,3 milhões em 2016 contra R\$ 2.261,74 milhões em 2015 e lucro líquido de R\$ 513,8 milhões em 2016 com margem líquida de 23,4% contra R\$ 479,7 milhões em 2015 com margem líquida de 21,2%.

O **ano de 2015** foi de grandes desafios para a economia brasileira, que registrou queda de 3,8% no PIB, alta de 47% do dólar, taxas de desemprego de 7% e sucessivos *downgrades* de agências de risco no país. Mesmo nesse cenário adverso, a Multiplus mostrou-se, mais uma vez, a resiliência de seu modelo de negócios. Encerramos o ano de 2015 com lucro operacional, medido pelo EBIT, de R\$ 496,9 milhões, um aumento de 39,2% em relação 2014. A margem operacional foi de 22,0% em 2015 contra 19,6% em 2014. A Companhia apresentou receita líquida de R\$ 2.261,7 milhões em 2015 contra R\$ 1.819,4 milhões em 2014 e lucro líquido de R\$ 479,7 milhões em 2015 com margem líquida de 21,2% contra R\$ 325,0 milhões em 2014 com margem líquida de 17,9%.

	2017	2016	Varição 2017 x 2016 (%)	2015	Varição 2016 x 2015 (%)
Em milhares de R\$					
Receita operacional líquida	2.309.768	2.199.284	5,0%	2.261.754	-2,8%
Custos e despesas operacionais totais	(1.727.078)	(1.639.540)	5,3%	(1.764.830)	-7,1%
EBIT	582.690	559.744	4,1%	496.924	12,6%
Margem EBIT %	25,2%	25,5%	-0,2p.p.	22,0%	3,5p.p.
EBITDA	610.748	584.898	4,4%	532.843	9,8%
Margem EBITDA %	26,4%	26,6%	-0,2p.p.	23,6%	3,0p.p.
Resultado líquido	517.195	513.803	0,7%	479.741	7,1%
Margem líquida	22,4%	23,4%	-1,0p.p.	21,2%	2,2p.p.

Índice de Alavancagem

A Administração monitora o capital da Companhia com base no índice de alavancagem financeira. A estrutura do capital é formada pelo seu endividamento líquido, definido como o total passivo subtraído o montante de receita diferida. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com o endividamento líquido.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente.

Os índices de alavancagem são demonstrados a seguir:

	2017	2016	Varição 2017 x 2016 (%)	2015	Varição 2016 x 2015 (%)
Índice de alavancagem financeira					
Total do passivo	1.481.743	1.495.347	-0,9%	1.533.716	-2,5%
(-) Receita diferida	1.179.897	1.277.917	-7,7%	1.350.467	-5,4%
(=) Endividamento líquido (1)	301.846	217.430	38,8%	183.249	18,7%
(+) Total patrimônio líquido	239.757	256.099	-6,4%	260.778	-1,8%
(=) Total do capital (2)	541.603	473.529	14,4%	444.027	6,6%
Índice de alavancagem financeira (1)/(2)	55,7%	45,9%	9,8p.p.	41,3%	4,6p.p.

Comparativo 2017 vs. 2016

O endividamento líquido da Companhia em 2017 foi de 301,8 milhões, aumento de 38,8% em relação à 2016 e o índice de alavancagem financeira foi de 55,7%. Este aumento no endividamento decorre principalmente da variação da conta de receita diferida apresentada entre os anos, sendo esta variação

impactada, principalmente, pelo aumento no volume de resgates apresentados no período por meio do maior engajamento dos participantes do programa de fidelidade.

Comparativo 2016 vs. 2015

O endividamento líquido da Companhia em 2016 foi de 217,4 milhões, aumento de 18,7% em relação à 2015 e o índice de alavancagem financeira foi de 45,9%. A principal variação entre os anos refere-se à variação da conta de receita diferida que apresentou uma queda entre o período, impactada, principalmente, pela redução do faturamento entre os anos.

Comparativo 2015 vs. 2014

Apesar do aumento do endividamento líquido em 0,7% de 2014 comparado com 2013, a redução do índice de alavancagem em 8,5% é justificada, principalmente, pelo aumento do capital próprio impactado pelo lucro retido do período e pela emissão de ações para pagamento dos planos exercidos do Stock Options.

No período de 2013 identificamos um aumento do saldo do endividamento, que é caracterizado pelo montante em aberto dos fornecedores (passivo operacional). Esse aumento é justificado pelo maior volume de resgates (contas a pagar).

Posição patrimonial e financeira da Companhia

Demonstramos abaixo as contas patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Balanco Patrimonial em milhares de R\$	2017	2016	Varição 2017 x 2016 (%)	2015	Varição 2016 x 2015 (%)
Ativo total	1.721.500	1.751.446	-1,7%	1.794.494	-2,4%
Ativo circulante	1.617.884	1.648.551	-1,9%	1.671.863	-1,4%
Caixa e equivalentes de caixa	969	1.196	-19,0%	2.575	-53,6%
Ativos financeiros mensurados a valor justo	1.322.185	1.459.813	-9,4%	1.488.874	-2,0%
Contas a receber	216.280	151.329	42,9%	144.408	4,8%
Tributos a recuperar	50.188	8.759	473,0%	14.395	-39,2%
Partes relacionadas	21.429	26.031	-17,7%	19.105	36,3%
Despesas antecipadas	6.833	502	1261,2%	1.504	-66,6%
Demais contas a receber	-	921	-100,0%	1.002	-8,1%
Ativo não circulante	103.616	102.895	0,7%	122.631	-16,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	6.331	-100,0%
Demais contas a receber	316	15	2006,7%	26	-42,3%
Investimentos	1.142	101	1030,7%	91	11,0%
Imobilizado	7.907	13.724	-42,4%	15.769	-13,0%
Intangível	94.251	89.055	5,8%	100.414	-11,3%
Passivo total	1.721.500	1.751.446	-1,7%	1.794.494	-2,4%
Passivo circulante	1.468.074	1.480.010	-0,8%	1.533.716	-3,5%
Fornecedores	238.692	173.955	37,2%	154.950	12,3%
Salários e encargos sociais	22.107	20.757	6,5%	23.427	-11,4%
Impostos, taxas e contribuições	312	257	21,4%	551	-53,4%
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Receita diferida	1.179.897	1.277.917	-7,7%	1.350.467	-5,4%
Adiantamento de clientes	27.066	7.124	279,9%	3.187	123,5%
Demais contas a pagar	-	-	-	1.134	-100,0%
Passivo Não Circulante	13.669	15.337	-11%	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12.450	14.203	-12,3%	-	-
Receita diferida	-	-	-	-	-
Contingências	1.219	1.134	7,5%	-	-
Patrimônio líquido	239.757	256.099	-6,4%	260.778	-1,8%
Capital social	107.300	107.300	0,0%	107.300	0,0%
Ações em tesouraria	(4.096)	(8.060)	-49,2%	(10.902)	-26,1%
Reserva de capital	(656)	(850)	-22,8%	(503)	69,0%
Reserva de lucros	137.209	157.709	-13,0%	164.883	-4,4%
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A estrutura de capital da Companhia não contempla hipóteses de resgate de ações.

Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Multiplus, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$239,8 milhões (queda de 6,4% em comparação com 2016). As principais oscilações do período são justificadas (i) pelos exercícios de *stock options* que reduzem o saldo de ações em tesouraria e (ii) queda da reserva de lucro, que foi impactada pelo aumento na distribuição de dividendos no exercício social de 2017, no montante de R\$537,7 milhões, contra o total de distribuição de lucros em 2016, no montante de R\$520,9 milhões.

O patrimônio líquido da Multiplus, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$256,1 milhões, em 2015 foi de R\$260,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 o capital subscrito era representado por 162.246.573 ações ordinárias escriturais. A TAM S.A. é controladora da Companhia, com 72,74% de participação. 27,26% das ações estão em circulação (*free float*).

Composição e vencimento da dívida financeira

A Companhia não possui passivos financeiros em 2017, 2016 e 2015. O endividamento é composto por fornecedores, salários e encargos sociais, impostos, taxas e contribuições, demais contas a pagar, juros sobre capital próprio e dividendos.

Possibilidade de resgate de ações ou quotas

(i) Hipóteses de resgate

Na alienação do controle acionário da sociedade, tanto por meio de uma única operação ou como por meio de operações sucessivas.

(ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

O adquirente do controle se obriga a efetivar, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado da B3, oferta pública para a aquisição de todas as ações dos demais acionistas da sociedade, nos mesmos termos e condições acordados com o acionista controlador alienante. Não há uma fórmula de cálculo pré-definida.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Acreditamos que nossa geração de caixa operacional e nossas linhas de crédito junto às instituições financeiras e agentes de arrendamento nos permitirão honrar nossos atuais compromissos contratuais e financeiros. Acreditamos que uma gestão prudente do risco de liquidez deverá possibilitar a manutenção de caixa e aplicações financeiras suficientes, a disponibilidade de financiamento por meio de uma quantidade adequada de linhas de crédito compromissadas e a capacidade de liquidar posições de mercado.

Nosso modelo de negócios apresenta baixa necessidade e de investimentos de capital. Além disso, nossos negócios são caracterizados historicamente por fluxos estáveis de caixa decorrentes de nossas atividades operacionais provenientes da venda de pontos para os parceiros comerciais.

Notamos que não há oscilações entre os últimos três exercícios sociais e pelos resultados dos índices de liquidez corrente e do grau de endividamento, demonstramos que temos capacidade de pagamento frente a nossas obrigações:

Indicadores financeiros	2017	2016	Variação 2017 x 2016 (%)	2015	Variação 2016 x 2015 (%)
Índice de liquidez Corrente*	1,10	1,11	-1,1%	1,09	2,2%
Grau de endividamento**	0,86	0,85	0,8%	0,85	-0,1%

*Ativo Circulante / Passivo Circulante

** $(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}) / \text{Total do ativo}$

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O modelo de negócio da Companhia apresenta uma necessidade negativa de capital de giro de forma que, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 1.323,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016, R\$ 1.461,0 milhões e em 31 de dezembro de 2015, o total era de R\$ 1.491,4 milhões.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme mencionado no tópico “d” desta seção, o modelo de negócio da Companhia apresenta uma necessidade negativa de capital de giro. Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo, de forma que acreditamos não haver necessidade de outras fontes de financiamento além dos recursos próprios para cobertura de deficiências de liquidez.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Não aplicável, visto que a Companhia não possui passivos financeiros em 2017, 2016 e 2015. O endividamento é composto por fornecedores, salários e encargos sociais, impostos, taxas e contribuições, demais contas a pagar, juros sobre capital próprio e dividendos.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável, visto que a Companhia não possui passivos financeiros em 2017, 2016 e 2015.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não há.

Demonstração de Resultados, em R\$ milhares	2017	2016	Variação 2017 x 2016 (%)	2015	Variação 2016 x 2015 (%)
Receita Bruta	2.549.836	2.423.724	5,2%	2.494.483	-2,8%
Receita de venda de pontos	2.138.404	2.049.251	4,4%	2.078.581	-1,4%
LATAM Brasil	159.778	148.414	7,7%	158.712	-6,5%
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	1.978.626	1.900.837	4,1%	1.919.869	-1,0%
Receita de Breakage	411.432	374.473	9,9%	416.886	-10,2%
Hedge	-	-	-	(984)	-100,0%
Impostos sobre vendas e serviços	(240.068)	(224.440)	7,0%	(232.729)	-3,6%
Receita Líquida	2.309.768	2.199.284	5,0%	2.261.754	-2,8%
Custo dos resgates de pontos	(1.562.483)	(1.447.264)	8,0%	(1.557.419)	-7,1%
Passagens aéreas	(1.304.116)	(1.246.468)	4,6%	(1.381.755)	-9,8%
Outros Resgates	(244.770)	(200.796)	21,9%	(175.665)	14,3%
Outros custos operacionais	(13.597)	-	100,0%	-	-
Lucro Bruto	747.284	752.020	-0,6%	704.334	6,8%
<i>Margem Bruta</i>	<i>32,4%</i>	<i>34,2%</i>	<i>-1,8p.p.</i>	<i>31,1%</i>	<i>3,1p.p.</i>
Serviços compartilhados	(642)	(700)	-8,3%	(1.687)	-58,5%
Despesas com pessoal	(77.109)	(72.933)	5,7%	(69.390)	5,1%
Marketing	(21.339)	(14.790)	44,3%	(26.578)	-44,4%
Depreciação	(28.058)	(25.153)	11,5%	(35.918)	-30,0%
Outros	(34.398)	(76.398)	-55,0%	(73.837)	3,5%
Resultado de equivalência patrimonial	(3.049)	(2.301)	32,5%	-	-
Total das Despesas Operacionais	(164.595)	(192.276)	-14,4%	(207.410)	-7,3%
Total dos Custos e Despesas Operacionais	(1.727.078)	(1.639.540)	5,3%	(1.764.830)	-7,1%
Lucro Operacional	582.690	559.744	4,1%	496.924	12,6%
Despesa/Receita Financeira	161.679	196.865	-17,9%	220.502	-10,7%
Hedge	-	-	-	-	-
Lucro antes do IR e CS	744.369	756.609	-1,6%	717.427	5,5%
IR e CS	(227.174)	(242.806)	-6,4%	(237.685)	2,2%
Lucro Líquido	517.195	513.803	0,7%	479.741	7,1%
<i>Margem Líquida</i>	<i>22,4%</i>	<i>23,4%</i>	<i>-1,0p.p.</i>	<i>21,2%</i>	<i>2,2p.p.</i>

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Receita de serviços e pontos resgatados:

Em 2017, a receita líquida da Companhia foi de R\$ 2.309,8 milhões, um aumento de 5,0% em comparação com os R\$ 2.199,3 milhões em 2016. Este aumento decorre do crescimento em volume de pontos resgatados no período comparativo, que em 2017 o volume de pontos resgatados atingiu a marca de 75,7 bilhões, enquanto que em 2016, o total foi de 69,1 bilhões. É importante ressaltar que este crescimento no resgate de pontos deu-se pelo maior engajamento dos participantes em 2017, em decorrência das ações promovidas pela Multiplus, além do fato de nossa plataforma de participantes ter crescido 18%, atingindo um total de 19,4 milhões de participantes em 2017 contra 16,5 milhões em 2016.

Em 2016, a receita líquida da Companhia foi de R\$ 2.199,3 milhões, uma queda de 2,8% em comparação com os R\$ 2.261,7 milhões em 2015, como consequência de uma queda de 9,1% em pontos resgatados e maior preço médio unitário.

Em 2015, a receita líquida da Companhia foi de R\$ 2.261,7 milhões, um aumento de 24,3% em comparação com os R\$ 1.819,4 milhões em 2014, beneficiada por aumento de 7,1% em pontos resgatados e maior preço médio unitário.

Custos dos serviços e resgate de pontos:

No ano de 2017, o custo apresentou um aumento de 8%, atingindo R\$1.562,5 milhões. Essa variação é decorrente do (i) aumento no volume de resgates de pontos no período, acompanhando o crescimento da

receita em 5%; (ii) mudança de mix de resgates de passagens domésticas vs. internacionais, impactando os custos em aproximadamente 3%.

Em 2016 esse custo apresentou uma queda de 7,1%, atingindo R\$ 1.447,3 milhões. Essa variação é resultado da combinação da 1) queda de 9,8% do custo com passagens aéreas devido à queda de 10,0% no volume de pontos resgatados em passagens aéreas; e 2) aumento de 14,3% no custo com resgates no varejo, apesar da queda de 3,6% no volume de pontos resgatados neste segmento.

Em 2015 totalizou R\$ 1.557,4 milhões, o que representa uma variação anual de 21,6%, quando comparado com 2014. Essa variação é resultado da combinação do 1) aumento de 19,6% no custo com passagens aéreas, devido a (i) expansão de 3,9% no volume de pontos resgatados em passagens aéreas e (ii) impacto da desvalorização do real no custo com resgate de passagens internacionais, apesar de uma redução de aproximadamente 3% no *transfer price* a partir de maio de 2015.; e 2) aumento de 39,5%, nos custos com resgate de outros produtos, principalmente devido à expansão de 25% no volume de pontos resgatados no varejo.

Despesas/receita financeira:

Em 2017, o resultado financeiro totalizou um ganho de R\$161,7, uma queda de 17,9% quando comparados com 2016, onde o resultado financeiro foi de R\$196,8 milhões. Esta redução assim como no ano anterior, decorre da sequência na queda da taxa básica de juros no país (Selic), que fechou o exercício social de 2017 em 7% ao ano (13,75% em 2016), no menor patamar em toda a história.

Em 2016 essas receitas totalizaram R\$ 196,8 milhões. Uma queda de 10,7% em relação a 2015, que foi resultado da queda da taxa Selic, que diminui os rendimentos das aplicações financeiras da Companhia. Em 2015 essas receitas totalizaram R\$220,5 milhões. Nessa performance está inserido o retorno da alocação de parte do caixa da Companhia em fundos cambiais.

É importante mencionar que nessa performance está inserida o retorno da alocação de parte do caixa da Companhia em fundos cambiais. Dado que uma parte relevante dos pontos já faturados deverão ser objeto de resgates de passagens internacionais ou outros resgates com custos referenciados em dólares americanos, a Companhia tem como instrumento de proteção a alocação de parte de seus recursos financeiros em Fundos Cambiais. Os limites e estrutura de proteção foram aprovados pelo Comitê de Auditoria, Finanças e Partes Relacionadas na reunião de 13 de outubro de 2015. Atualmente, a regra estabelece uma proteção mínima de 60% e máxima de 80% da exposição prevista para os 3 meses seguintes.

A rentabilidade das aplicações financeiras do exercício de 2017 foi de 10,30% (31 de dezembro de 2016 – 14,47%), composto pelos Fundos de Investimento Aberto e Fundos de Investimento Exclusivo.

Lucro líquido:

Em 2017 foi de R\$517,2 milhões, um aumento de 0,7% em relação à 2016, com margem líquida de 22,4%.

Em 2016 foi de R\$ 513,8 milhões, um aumento de 7,1% em relação à 2015, com margem líquida de 23,4%.

Em 2015 foi de R\$ 479,7 milhões, aumento de 47,6% em comparação com 2014.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVO

Em 31 de dezembro de

Análise vertical das contas do ativo	2017	AV (%)	2016	AV (%)	2015	AV (%)
Balanco patrimonial, em R\$ milhares						
Ativo total	1.721.500	100,0%	1.751.446	100,0%	1.794.494	100,0%
Ativo circulante	1.617.884	94,0%	1.648.551	94,1%	1.671.863	93,2%
Caixa e equivalentes de caixa	969	0,1%	1.196	0,1%	2.575	0,1%
Ativos financeiros mensurados a valor justo	1.322.185	76,8%	1.459.813	83,3%	1.488.874	83,0%
Contas a receber	216.280	12,6%	151.329	8,6%	144.408	8,0%
Tributos a recuperar	50.188	2,9%	8.759	0,5%	14.395	0,8%
Partes relacionadas	21.429	1,2%	26.031	1,5%	19.105	1,1%
Despesas antecipadas	6.833	0,4%	502	0,0%	1.504	0,1%
Demais contas a receber	-	0,0%	921	0,1%	1.002	0,1%
Ativo não circulante	103.616	6,0%	102.895	5,9%	122.631	6,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	0,0%	6.331	-100,0%
Demais contas a receber	316	0,0%	15	0,0%	26	0,0%
Investimentos	1.142	0,1%	101	0,0%	91	0,0%
Imobilizado	7.907	0,5%	13.724	0,8%	15.769	0,9%
Intangível	94.251	5,5%	89.055	5,1%	100.414	5,6%

Caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mensurados ao valor justo e ativos financeiros mantidos até o vencimento

Estas contas patrimoniais do ativo, em 31 de dezembro de 2017 representaram 76,9% do ativo total da Companhia. Assim como no exercício social anterior, as aplicações financeiras continuam a ser compostas pelos seguintes instrumentos financeiros: (i) fundo de investimento aberto, (ii) fundo de investimento exclusivo e (iii) fundos cambiais/estruturados.

Esta redução de caixa e nos ativos financeiros da Companhia em 6,5% decorre principalmente do (i) aumento nos investimentos realizados pela Companhia no período, (ii) aumento no total de dividendos distribuídos no período, e da (iii) queda apresentada na obtenção de caixa advindo das atividades operacionais em 2017.

Estas contas patrimoniais do ativo, em 31 de dezembro de 2016 representaram 83,4% do ativo representa as aplicações financeiras que possuem seguintes os instrumentos financeiros: fundo de investimento aberto, fundo de investimento exclusivo, fundos cambiais/estruturados.

Estas contas patrimoniais do ativo, em 31 de dezembro de 2015 representaram 83,1% do ativo total da Companhia. A conta de ativos financeiros mensurados a valor justo refere-se a aqueles ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de proteção (hedge). Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Contas a receber

Em 2017, 12,6% do total do ativo da Companhia era representado pelo saldo de contas a receber. Esse número é 4 pontos percentuais maior do que o ano de 2016.

Essa variação de R\$64,9 milhões é justificada pelo aumento do faturamento dos acúmulos de pontos, que ao final do quarto trimestre de 2017 apresentou um faturamento bruto de R\$605,4 milhões, enquanto que no mesmo período de 2016, o faturamento apurado foi de R\$540,8 milhões.

Em 2016, 8,6% do total do ativo da Companhia era representado pelo saldo de contas a receber. Esse número é 0,6 pontos percentuais maior do que o ano de 2015.

Em 2015, o saldo de contas a receber da Companhia representava 8% do ativo total (queda de 31,8% em comparação com 2014).

PASSIVO

Em 31 de dezembro de

Análise vertical das contas do passivo						
Balço patrimonial, em R\$ milhares	2017	AV (%)	2016	AV (%)	2015	AV (%)
Passivo total	1.721.500	100,0%	1.751.446	100,0%	1.794.494	100,0%
Passivo circulante	1.468.074	85,3%	1.480.010	84,5%	1.533.716	85,5%
Fornecedores	238.692	13,9%	173.955	9,9%	154.950	8,6%
Salários e encargos sociais	22.107	1,3%	20.757	1,2%	23.427	1,3%
Impostos, taxas e contribuições	312	0,0%	257	0,0%	551	0,0%
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Receita diferida	1.179.897	68,5%	1.277.917	73,0%	1.350.467	75,3%
Adiantamento de clientes	27.066	1,6%	7.124	0,4%	3.187	0,2%
Demais contas a pagar	-	0,0%	-	0,0%	1.134	0,1%
Passivo Não Circulante	13.669	0,8%	15.337	0,9%	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12.450	0,7%	14.203	0,8%	-	0,0%
Receita diferida	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Contingências	1.219	0,1%	1.134	0,1%	-	0,0%
Patrimônio líquido	239.757	13,9%	256.099	14,6%	260.778	14,5%
Capital social	107.300	6,2%	107.300	6,1%	107.300	6,0%
Ações em tesouraria	(4.096)	-0,2%	(8.060)	-0,5%	(10.902)	-0,6%
Reserva de capital	(656)	0,0%	(850)	0,0%	(503)	0,0%
Reserva de lucros	137.209	8,0%	157.709	9,0%	164.883	9,2%
Ajuste de avaliação patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%

Receita Diferida:

A Companhia comercializa direitos de resgate por meio da emissão de pontos aos seus parceiros que são registrados, no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Dessa forma, a Companhia reconhece uma obrigação com os participantes referente a compra dos produtos/serviços os quais os participantes têm o direito de resgatar.

Em 31 de dezembro de 2017, a receita diferida da Companhia representava 68,5% do total do passivo, e 73,0% em 31 de dezembro de 2016.

Esta redução apresentada no comparativo entre os exercícios sociais, se deu em função do crescimento pelo maior engajamento dos participantes em 2017, em decorrência das ações promovidas pela Multiplus, além do fato de nossa plataforma de participantes ter crescido 18%, atingindo um total de 73,2 milhões de participantes em 2017 contra 61,9 milhões em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, a receita diferida da Companhia representava 73% do total do passivo, e em 2015 foi de 75,3%.

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa, em R\$ milhares	2017	2016	Varição 2017 x 2016 (%)	2015	Varição 2016 x 2015 (%)
Lucro Líquido	517.195	513.803	0,7%	479.742	7,1%
Depreciação/Amortização	28.058	25.153	11,5%	35.756	-29,7%
Contas a Receber	(60.349)	(13.847)	335,8%	83.065	-116,7%
Contas a Pagar	64.737	19.005	240,6%	14.800	28,4%
Impostos	(41.374)	19.545	-311,7%	3.147	521,1%
Impostos Diferidos	-	6.331	-100,0%	1.626	289,4%
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(6.331)	1.002	-731,8%	93.952	-98,9%
Receita Diferida e Passivo de Breakage	(98.020)	(72.550)	35,1%	66.413	-209,2%
Instrumentos Derivativos	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	19.942	3.937	-	3.187	-
Outros Ativos e Passivos	302	(2.578)	-111,7%	1.661	-255,2%
Equivalência patrimonial em resultados de investimen	3.049	-	-	-	-
Fluxo de Caixa Operacional	427.209	499.802	-14,5%	783.349	-36,2%
Investimento	(27.437)	(11.749)	133,5%	(38.070)	-69,1%
Participações em empresas	(4.090)	(10)	40804,0%	(91)	-89,0%
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(31.527)	(11.759)	168,1%	(38.161)	-69,2%
Custo com emissão de ações	-	-	-	-	-
Capital Social	-	-	-	(0)	-100,0%
Ações em tesouraria	3.964	2.842	39,5%	(10.902)	-126,1%
Reserva de Capital	194	(347)	-155,9%	2.049	-116,9%
Ajuste de avaliação patrimonial/Hedge	-	-	-	658	-100,0%
Dividendos e JCP	(537.695)	(520.977)	3,2%	(431.271)	20,8%
Fluxo de Caixa dos Financiamentos	(533.537)	(518.482)	2,9%	(439.467)	18,0%
Aumento (Redução) do Caixa	(137.855)	(30.440)	352,9%	305.722	-110,0%
Aumento (Redução) do Caixa Ajustado	386.229	485.598	-20,5%	639.854	-24,1%
Caixa Inicial	1.461.010	1.491.449	-2,0%	1.185.728	25,8%
Caixa Final	1.323.155	1.461.010	-9,4%	1.491.449	-2,0%

Atividades Operacionais

Em 2017, o caixa gerado pela Companhia advindo de suas atividades operacionais foi de R\$427,2 milhões (R\$499,8 milhões em 2016), que representa 14,5% menor do que o caixa gerado em 2016.

Em 2016, o caixa que a Companhia gerou pelas suas atividades operacionais foi de R\$ 499,8 milhões, 32,2% menor do que o caixa gerado em 2015.

Embora o lucro líquido da Companhia em 2017 tenha apresentado um crescimento de quase 1% frente a 2016, as principais reduções de caixa nas atividades operacionais foram nas rubricas de (i) contas a receber, que demonstrou crescimento nos desembolsos de caixa em 335,8% comparado ao ano anterior, impactado pelo aumento no prazo médio de recebimento entre os períodos; de (ii) receita diferida e passivo de breakage, que também demonstrou crescimento nos desembolsos de caixa em 35,1%; e na rubrica de (iii) impostos, que demonstrou crescimento nos desembolsos de caixa em 311,71%, muito influenciado pela obtenção de créditos tributários.

Atividades de Investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o uso de caixa nas atividades de investimentos da Companhia foi de R\$31,5 milhões, 168,1% maior que 2016, quando o uso caixa total foi de R\$11,7 milhões. Essa variação significativa apresentada nesse grupo de atividades decorreu dos desembolsos de caixa para renovação das licenças de uso de softwares no período (esta renovação ocorre a cada 24 meses) e outros investimentos feitos em novos projetos e ativos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o fluxo de caixa dos investimentos da Companhia foi de -R\$ 11,7 milhões, 69,2% menor do que 2015, quando foi -R\$ 38,3 milhões (queda de 23,9% em relação ao exercício de 2014). O maior reflexo está na conta de investimentos em projetos e ativos que apresentou uma queda em 2016.

Atividades de Financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o uso de caixa nas atividades de financiamentos foi de R\$533,5 milhões, um crescimento em cerca de 3% comparado com 2016. Esse aumento é devido basicamente ao montante de lucro líquido distribuído em 2017.

Em 2016 o fluxo de caixa das atividades de financiamento totalizou R\$ 518,5 milhões, 18,0% maior do que o de 2015.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento da Companhia foi de -R\$ 439,4 milhões.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A principal receita da Companhia é resultado da venda de pontos para os parceiros comerciais, incluindo a LATAM, os quais, por sua vez, oferecem esses pontos aos seus participantes para que sejam resgatados por produtos e serviços na Multiplus. Além disso, há a receita da venda de pontos diretamente para os participantes, nas facilidades encontradas no site.

Também somos beneficiados pela receita de *breakage* (pontos emitidos e que não foram resgatados no período de 2 anos). Essa receita é livre de custo.

A tabela abaixo demonstra a contribuição de cada atividade para o total de nossa receita bruta consolidada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Em 31 de dezembro de

Receita	2017	2016	Variação 2017 x 2016 (%)	2015	Variação 2016 x 2015 (%)
De resgate de pontos	2.138.404	2.049.251	4,4%	2.078.581	-1,4%
Hedge de receita de pontos	-	-	-	(984)	-100,0%
Breakage*	411.432	374.473	9,9%	416.886	-10,2%

* Breakage: pontos emitidos que não foram resgatados, e portanto não geram custos

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017, com a retomada do crescimento da economia pelas ações macroeconômicas tomadas pelo governo federal em conjunto com o Banco Central, tais como queda na taxa de juros básica (Selic), e a consequente redução nas taxas de inflação, gerou efeito nos resultados operacionais da Companhia. Dessa forma, com maior poder de compra dos cidadãos, obtivemos um aumento de 13,9% no volume de pontos emitidos na Companhia, em comparação com 2016. Especificamente, o volume de pontos emitidos para os parceiros financeiros e varejo aumentou 17,1% em relação à 2016, confirmando a retomada do poder de compra dos brasileiros.

Adicionalmente, com as ações de marketing realizadas pela Multiplus ao longo do exercício social de 2017, o volume de pontos resgatados aumento cerca de 10% em relação a 2016, demonstrando um maior engajamento por parte dos participantes no período.

Em 2016, a instabilidade macroeconômica do país gerou efeito nos resultados operacionais da Companhia. O menor poder de compra dos cidadãos, juntamente com a valorização do dólar resultaram em queda de 6,2% no volume de pontos emitidos na Companhia, em comparação com 2015. Especificamente o volume de pontos emitidos para os parceiros financeiros diminuiu 7,5% em relação à 2015 devido ao menor gasto dos brasileiros no cartão de crédito (maior fonte de acúmulo). Já com relação aos pontos resgatados, esse número caiu 9,1% em relação à 2015, já que os participantes tinham menos pontos disponíveis em suas contas, para realizar um resgate.

O resultado da Multiplus em 2015 foi impactado por alguns fatores econômicos, como a valorização de 47% do Dólar Americano frente ao Real. Esse movimento afeta o faturamento da Companhia, o acúmulo de pontos e o preço cobrado dos parceiros financeiros.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2017, o faturamento da Companhia foi de R\$ 2.453,7 milhões, um aumento anual de 4,3%, explicado principalmente pelo desempenho da venda de pontos para bancos e parceiros de varejo. Além disso, assim como em 2016, as ações de marketing da Companhia resultaram em menor preço unitário no período.

Em 2016, o faturamento da Companhia foi de R\$ 2.353,3 milhões, uma queda anual de 8,3%, explicado principalmente pelo desempenho da venda de pontos para bancos e parceiros de varejo (-9,4% em relação à 2015), e menor preço unitário.

Em 2015 o faturamento da Companhia cresceu 20,6% em comparação com 2014, principalmente devido ao maior preço unitário cobrado dos parceiros financeiros, em razão da desvalorização do Real. A receita líquida de 2015 aumentou 24,3% em relação à 2014, como resultado do maior preço médio unitário (afetado pela valorização do dólar) e expansão de número de pontos resgatados de 7,1%.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O desempenho financeiro da Companhia, em 2017, 2016 e 2015 foi afetado e será afetado no futuro, sobretudo, pelos seguintes fatores:

i) Variação de preços dos principais insumos e produtos

No ano de 2017, o custo apresentou um aumento de 8%, atingindo R\$1.562,5 milhões. Essa variação é decorrente do (i) aumento no volume de resgates de pontos no período, acompanhando o crescimento da receita em 5%; (ii) mudança de mix de resgates de passagens domésticas vs. internacionais, impactando os custos em aproximadamente 3%.

Em 2016, o custo total de resgate de pontos totalizou R\$ 1.447,3 milhões, uma queda de 7,1% em comparação com 2015, em razão da queda de 9,1% nos pontos resgatados em 2016 em comparação com 2015, principalmente passagens aéreas.

O custo de resgate de pontos totalizou R\$ 1.557,4 milhões em 2015, o que representa uma variação anual de 21,6% em comparação com 2014.

	2017	2016	Varição 2017 x 2016 (%)	2015	Varição 2016 x 2015 (%)
Pontos resgatados (bilhões)	75,7	69,1	9,7%	76,0	-9,1%
Passagens aéreas	62,5	58,6	6,6%	65,1	-10,0%
Outros	13,3	10,4	27,1%	10,8	-3,6%
Custo do resgate de pontos	(1.562.483)	(1.447.264)	8,0%	(1.557.419)	-7,1%
Passagens aéreas	(1.304.116)	(1.246.468)	4,6%	(1.381.755)	-9,8%
Outros	(244.770)	(200.796)	21,9%	(175.665)	14,3%
<i>Custo por 10.000 pontos resgatados em passagens aéreas</i>	208,7	212,6	-1,8%	212,2	0,2%
<i>Custo por 10.000 pontos resgatados em outros produtos</i>	184,5	192,3	-4,1%	162,1	18,6%

ii) Taxa de câmbio

A Companhia está exposta a riscos de mercado em decorrência de suas atividades comerciais normais. Os riscos de mercado dizem respeito, sobretudo, às variações na taxa de câmbio R\$/US\$, que referencia a maior parte dos contratos de aquisição de pontos por instituições financeiras. Tais variações podem afetar o seu fluxo de caixa e faturamentos futuros e resultado (pelo reconhecimento da receita se dar no momento do resgate de pontos).

O risco de mercado, no caso da Companhia, pode ser caracterizado como a possibilidade de um fluxo de caixa futuro inferior ao projetado devido a uma eventual queda ou aumento na taxa de câmbio R\$/US\$.

O risco ao qual a Companhia está exposta decorre dos contratos de comercialização de direitos de resgate e custos de resgates, que são referenciados em dólares americanos, e é caracterizado pela possibilidade de um fluxo de caixa futuro inferior ao projetado devido a variações nas taxas de câmbio. No entanto, esse risco é monitorado pela administração e sua exposição é minimizada pelos efeitos líquidos entre os valores recebidos pela comercialização de direitos de resgate e o custo dos resgates. Temos uma exposição registrada para ativos contabilizados em moeda estrangeira, demonstrado abaixo:

Paridade - R\$ x US\$		
Item de Exposição	Fator de Risco	Cenário Atual
Aplicações Financeiras (i)	Varição cambial	123.684
Contas a Receber	Varição cambial	1.325

iii) Análise de sensibilidade

O quadro a seguir sintetiza os instrumentos financeiros expostos à sensibilidade de variação de moeda estrangeira:

Paridade - R\$ x US\$						
Item de Exposição	Fator de Risco	Cenário Atual	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%	Cenário 3 -25%	Cenário 4 -50%
Aplicações Financeiras (i)	Varição cambial	123.684	153.129	182.574	122.026	122.026
Contas a Receber	Varição cambial	1.325	1.656	1.988	994	663

- (i) As aplicações financeiras expostas a variação cambial são feitas através de fundos de investimento, com limite de perda definido e ganhos parciais em função da variação cambial

iv) Taxa de juros

Os resultados da Companhia são afetados pelas variações que as taxas de juros exercem na geração da receita financeira sobre os saldos de caixa e aplicações de curto prazo. A Companhia não possui instrumentos financeiros para proteção do fluxo de caixa contra variações nas taxas de juros, mantendo a maior parte do seu caixa em aplicações atreladas ao CDI.

É do entendimento dos Diretores da Companhia que a taxa de juros impacta diretamente a receita financeira oriunda do saldo de aplicações financeiras. O impacto no resultado da Companhia foi relevante, uma vez que foram obtidos R\$161,87 milhões em 2017, R\$196,8 milhões em 2016, e R\$220,5 milhões de receita financeira em 2015.

i. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade abaixo demonstra o impacto de oscilações das taxas de juros sobre o saldo em aberto dos instrumentos financeiros, considerando quatro cenários para a variável de risco analisada, sendo dois cenários adversos (quedas de 25% e 50%) e dois cenários favoráveis (crescimento de 25% e 50%):

<u>Item de Exposição</u>	<u>Fator de Risco</u>	<u>Cenário Atual</u>	<u>Cenário 1 25%</u>	<u>Cenário 2 50%</u>	<u>Cenário 3 -25%</u>	<u>Cenário 4 -50%</u>
Aplicações Financeiras (i)	Variação CDI (6,89%) a.a	1.198.501	1.301.722	1.322.366	1.260.434	1.239.789

- (i) Aplicações financeiras dos portfólios 1 e 2 apresentadas no item de risco de liquidez (item c)

10.3 – Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, visto que nos últimos três exercícios sociais não foram realizadas nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos anos de 2017 e 2016, a Companhia não realizou transações relacionados a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

No fato relevante publicado em 16 de dezembro de 2015, a Multiplus S.A. aprovou a constituição de uma sociedade empresária limitada, sob a denominação de “Multiplus Corretora de Seguros Ltda.” (“Sociedade”), com o propósito de desenvolver negócios relacionados a corretagem de seguros, especialmente, nos ramos elementares, danos, vida (pessoas), capitalização, planos previdenciários e saúde, conforme plano de negócios elaborado pela administração.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades nos últimos três exercícios sociais que tenham causado efeito relevante sobre as demonstrações financeiras ou resultados da nossa Companhia, ou se espera que venha a causar.

10.4 – Mudanças práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Para os exercícios sociais de 2017 e 2016, os demonstrativos apresentados encontram-se na mesma base e são, portanto, comparáveis, visto que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis para os exercícios comparativos.

Nos exercícios sociais e comparativos de 2016 e 2015, os demonstrativos apresentados também se encontram na mesma base e são, portanto, comparáveis; no entanto, uma mudança de estimativa para reconhecimento de receita de provisão de breakage foi realizada pela Companhia no decorrer do exercício social de 2016, conforme mencionado a seguir.

Mudança de estimativa para reconhecimento de receita de provisão de breakage

Em decorrência do amadurecimento do negócio e do aumento do volume de informações disponíveis sobre o histórico das operações da Companhia, em novembro de 2016, a Companhia realizou uma mudança na estimativa provisão de receita de breakage e seu reconhecimento no resultado.

Na metodologia anterior, a provisão de receita de breakage era calculada com base na taxa média histórica de breakage, que formava o passivo de breakage, o qual era levado ao resultado de forma cadenciada por meio da taxa média histórica de velocidade de resgate. A nova metodologia considera o comportamento individual de cada safra de acúmulo de pontos por segmento, realizando um cálculo da estimativa dos pontos que provavelmente serão expirados por meio de equações de regressão linear que levam em conta o comportamento de resgate e vencimento das safras de acúmulo de pontos já realizadas que tem o comportamento similar às safras vigentes.

Adicionalmente, esta metodologia considera os resgates realizados ao longo dos meses de existência de cada safra a fim de refinar a projeção da taxa de breakage futura e aproximar, cada vez mais, do que de fato deve se confirmar como número de pontos expirados.

Para que a metodologia, além de mais assertiva, seja também mais precisa, a Companhia considera ainda um intervalo de confiança para as regressões. É contabilizado a estimativa no passivo de breakage em contrapartida ao resultado, considerando o referido intervalo de confiança. Desta forma, permanece no passivo de breakage esta diferença ajustada conforme aproximação da safra ao último mês, convergindo ao longo dos meses para o breakage efetivo.

Este efeito trata-se de uma estimativa contábil e não produz impactos sobre o fluxo de caixa da Companhia, podendo, portanto, não se confirmar, a depender do comportamento de uma série de variáveis como o crescimento do faturamento, o aumento de participação no faturamento de segmentos com maior ou menor taxa de breakage e ao aumento ou redução de resgates em função de campanhas promocionais feitas pela Multiplus e/ou de seus parceiros.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para os exercícios sociais de 2017 e 2015, não houve efeitos significativos de alterações em práticas contábeis realizadas pela Companhia.

Para o exercício social de 2016, dado a mudança de estimativa realizada no reconhecimento da receita de breakage, o ajuste de mudança de estimativa conforme regra contábil foi tratado prospectivamente a partir data da mudança, em acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 23. O efeito contábil no lucro líquido do exercício de 2016 gerado pela mudança de estimativa foi positivo de R\$4,4 milhões.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor em nossas demonstrações financeiras referente nos últimos três exercícios sociais.

Os auditores, no entanto, no exercício social de 2015, incluíram um parágrafo de ênfase sobre as operações com partes relacionadas, ressaltando que a Companhia possui operações comerciais em montantes relevantes com partes relacionadas e que a conclusão dos auditores não estava ressalvada em virtude deste assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia entendem como políticas contábeis críticas aquelas que envolvem estimativas e particularidades do setor. Descrevemos abaixo as políticas contábeis.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os Pronunciamentos, Orientações e Instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo. É importante mencionar que o valor justo desses ativos e passivos é muito próximo do seu valor contábil, por esta razão não são divulgados os comparativos entre o valor justo e o valor contábil.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento incluem: reconhecimento de vendas, estimativa de provisão de receita de breakage), imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação de vida útil de intangíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("moeda funcional") e são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com as seguintes categorias: valor justo mensurado por meio do resultado, contas a pagar e recebíveis, e mantidos até o vencimento. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

A classificação depende da natureza e finalidade para as quais os instrumentos financeiros foram adquiridos, sendo que a administração determina a adequada classificação no momento do reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, e são apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante, e tais instrumentos são representados no balanço patrimonial da Companhia por suas aplicações financeiras.

Contas a pagar e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em mercado ativo. As contas a pagar e recebíveis da Companhia compreendem as "contas a receber", "outras contas a receber", "caixa e equivalente de caixa", com exceção de alguns investimentos de curto prazo que se enquadram na definição de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e "fornecedores". Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment")

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são revertidas através do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não celebrou novos contratos de instrumentos derivativos para os exercícios sociais de 2017 e 2016. A movimentação do hedge de fluxo de caixa na linha de outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido durante o ano de 2015, refere-se à saldos de exercícios anteriores que foram realizados durante o ano de 2015.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

A mensuração dos impostos diferidos, os quais são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais e contábeis, refletem as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

Investimentos

Os investimentos em controladas da Companhia são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base nesse método de mensuração, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

As informações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as demonstrações financeiras da Companhia, sendo que são aplicadas as mesmas políticas contábeis da Companhia em todas as suas investidas.

A Administração da Companhia decidiu por não realizar a consolidação dos saldos de seus investimentos em controladas, visto que, para os exercícios sociais de 2017 e 2016, os gastos e receitas apresentados em suas investidas são compostos por valores imateriais, conforme divulgado em nota explicativa.

Intangível

A capitalização é feita com base no custo incorrido e a amortização é calculada com base na vida útil estimada dos bens, que pode variar entre três e dez anos. As despesas relacionadas com a manutenção de software são reconhecidas no resultado quando incorridas.

Receita diferida

A Companhia comercializa direitos de resgate por meio da emissão de pontos adquiridos pelos seus parceiros registrados, no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Subsequentemente, conforme solicitação dos seus parceiros, a Companhia reconhece uma obrigação equivalente a pontos com os participantes proveniente da compra

de produtos/serviços. Os pontos creditados e acumulados, que os participantes têm o direito de resgatar, poderão ser resgatados por meio da troca de produtos ou serviços adquiridos na rede de parceiros.

Quando o participante decide exercer o seu direito de resgate, resgatando, portanto, seus pontos acumulados em produtos ou serviços oferecidos pelos parceiros da rede, esta obrigação é baixada em contrapartida ao reconhecimento da receita. Simultaneamente, é registrado o custo de produtos ou serviços adquiridos de parceiros e entregues conseqüentemente aos participantes.

Os valores registrados na receita diferida são avaliados pelo seu valor justo no momento do faturamento, e reconhecidos como resultado no momento do resgate dos pontos, pelo valor original de venda. A receita diferida do Programa Fidelidade é contabilizada com base no número de pontos em aberto e uma estimativa dos pontos que provavelmente deverão expirar sem utilização dos participantes. Na Multiplus, os pontos expiram após dois anos da data de emissão.

Plano de remuneração baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo em que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com contrapartida no Patrimônio líquido.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para despesas ou obrigações quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Reconhecimento da receita

A comercialização de direito de resgate por meio da emissão de pontos aos parceiros comerciais, é contabilizada como receita diferida, representando a obrigação que a Companhia tem com seus participantes. Na medida em que os pontos ora emitidos são resgatados pelos participantes, e o custo referente a esta transação torna-se conhecido, o faturamento é então reconhecido na demonstração do resultado como receita bruta.

Desta forma, a receita bruta na demonstração do resultado é composta pelo valor dos pontos resgatados pelos participantes e pelo valor estimado dos pontos que possivelmente não serão resgatados, conforme estimativas da Companhia (Breakage).

Para apuração da receita de provisão de breakage, a Companhia utiliza uma metodologia onde considera-se o comportamento individual de cada safra de acúmulo de pontos por segmento, realizando um cálculo da estimativa dos pontos que provavelmente serão expirados por meio de equações de regressão linear que levam em conta o comportamento de resgate e vencimento das safras de acúmulo de pontos já realizadas conforme comportamento similar às safras vigentes.

Adicionalmente, esta metodologia considera os resgates realizados ao longo dos meses de existência de cada safra a fim de refinar a projeção da taxa de breakage futura e aproximar, cada vez mais, do que de fato deve se confirmar como número de pontos expirados.

Para que a metodologia, além de mais assertiva, seja também mais precisa, a Companhia considera ainda um intervalo de confiança para as regressões. É contabilizado a estimativa no passivo de breakage em contrapartida ao resultado, considerando o referido intervalo de confiança. Desta forma, permanece no passivo de breakage esta diferença ajustada conforme aproximação da safra ao último mês, convergindo ao longo dos meses para o breakage efetivo.

Informações por segmento

A Companhia opera apenas no segmento operacional de desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Devido à base de custos essencialmente fixos das operações da Multiplus, embora o tomador de decisões avalie todo o período apresentado sobre receitas em diversos níveis, o desempenho da Multiplus é avaliado como um todo, e conclui-se que existe somente um segmento operacional.

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. A norma se mostra aplicável aos ativos financeiros da companhia, mas de modo geral a Companhia não espera um impacto significativo sobre seu balanço patrimonial e patrimônio líquido.

IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 – Receitas de contratos (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) de clientes exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca dos bens e serviços transferidos ao cliente. A nova norma considera um modelo de avaliação dos impactos em cinco passos que deverá ser aplicado a receitas originárias de contratos de clientes. A IFRS 15 entra em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia prevê preliminarmente que a norma não trará impactos significativos à sua forma atual de reconhecimento das receitas.

Para o exercício social de 2017, foi realizado uma análise dos impactos do novo normativo em sua operação, apurando que a principal modificação possivelmente será na apresentação dos resultados, por meio da classificação contábil como agente, o qual a receita oriunda dos resgates será reconhecida líquida dos seus respectivos custos.

Caso a mudança seja confirmada, ou seja, a classificação contábil como agente, as alterações descritas acima serão submetidas ao modelo de abordagem de adoção retrospectiva completa, onde a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, a Companhia passará a divulgar suas informações adaptadas à nova norma, ajustando todos os períodos comparativos conforme requeridos.

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). A IFRS 16 passa a ter vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017. A administração avalia que a adoção da norma não trará mudança significativa nas demonstrações financeiras e divulgações da Companhia.

IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações (CPC 10 - Pagamentos baseados em ações), que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para

obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável aos três últimos exercícios sociais, tendo em vista que a Companhia não possui este tipo de operação.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável aos três últimos exercícios sociais, tendo em vista que a Companhia não possui este tipo de operação.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável aos três últimos exercícios sociais, tendo em vista que a Companhia não possui este tipo de operação.

iv. Contratos de Construção não terminada

Não aplicável aos três últimos exercícios sociais, tendo em vista que a Companhia não possui este tipo de operação.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável aos três últimos exercícios sociais, tendo em vista que a Companhia não possui este tipo de operação.

- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável aos três últimos exercícios sociais, tendo em vista que todos os itens relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme requeridos pelas normas brasileiras de contabilidade.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme informado na seção 10.6 deste formulário de referência, nos três últimos exercícios sociais não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme informado na seção 10.6 deste formulário de referência, nos três últimos exercícios sociais não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme informado na seção 10.6 deste formulário de referência, nos três últimos exercícios sociais não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais projetos foram:

Migração do parque computacional da Multiplus para serviços de *cloud computing*: Em 2016, fizemos a migração de servidores da Multiplus para serviços de *cloud computing*, de forma que os serviços e arquitetura de TI da Multiplus tenham recursos que absorvam de forma adequada e segura picos de demanda e reduzindo custos em momentos de baixa demanda, de maneira mais flexível.

Implementação dos resgates de passagens aéreas no site da Multiplus: Com a internalização do canal de resgate aéreo conseguimos engajar mais os participantes aumentando o volume de pontos acumulados no varejo, por meio de vendas cruzadas com nosso portfólio de mais de 550 mil opções de produtos, fazendo análises do comportamento do consumidor. Além disso, também unificamos as senhas dos programas Multiplus e TAM Fidelidade, fazendo uma sanitização cadastral, para tornar mais simples a experiência do participante em nossa rede.

Melhoria de CRM e *analytics*: Promove maior assertividade nas comunicações de produtos e promoções, personalizando a oferta dos e-mails aos Participantes. Utiliza o Facebook como canal de comunicação de produtos e promoções, integrado com as comunicações via e-mail. Promove incremento nos resultados das campanhas, com otimização dos seus resultados e maior retorno para a Companhia, além de maior velocidade e agilidade na bonificação do cliente durante promoções.

Game Multiplus com novas missões: De forma simples e divertida, permite aos participantes acumularem pontos à medida em que completam as tarefas propostas, como por exemplo indicar amigos para fazer parte da rede. Funciona como uma gincana e, a cada meta atingida, resulta no acúmulo de uma quantidade de pontos. Essas missões aumentam o engajamento e influenciam o comportamento do participante, resultando em maior acúmulo de pontos por meio das missões e da comunicação segmentada nas diversas mídias e redes sociais.

Notificações e *push* no app mobile: As notificações do aplicativo mobile dão à Multiplus maior possibilidade de interação com o participante. Além disso, conseguimos gerenciar quais comunicações terão destaque no aplicativo, assim como ofertas e parceiros. O maior contato e interação com o Participante incentiva a adesão e *opt-in* em promoções e traz maior *awareness* à marca Multiplus. Em 2016 também nos focamos em simplificar cada vez mais a experiência da navegação do nosso participante no aplicativo mobile.

Marketplace: Nosso *marketplace* oferece uma forma conveniente de comparar preços (em pontos Multiplus) e produtos em um ambiente único. As lojas individuais do site deram espaço à essa plataforma robusta na qual é possível fazer compras em parceiros diferentes no mesmo carrinho. A visualização do *marketplace* tornou-se mais amigável, aprimorando ainda mais a experiência do Participante. As comunicações e ofertas disponibilizadas neste canal, se dão a partir de uma integração robusta com nosso CRM, permitindo que sejam oferecidos produtos e disponibilizados conteúdos de acordo com o sexo, saldo, nível de engajamento, propensão à compra e comportamento de navegação dos nossos participantes, fazendo com que o canal seja altamente relevante, por consequência, o *marketplace* apresenta altas taxas de conversão, acima da média de mercado. Em setembro de 2017, com o objetivo de diversificar e estimular o acúmulo de pontos entre os seus participantes, o grupo Multiplus aprimorou a experiência do participante com o marketplace Comprei Pontuei. Entre as melhorias, quem adquirir produtos dos

parceiros da Comprei Pontuei saberá, no momento da compra, a quantidade de pontos que serão acumulados e a data do crédito dos mesmos.

Cartão Co-branded: O cartão de crédito em parceria com Itaú é um meio de acúmulo direto na rede Multiplus, com conversões diferenciadas de acordo com o tipo de cartão adquirido. O lançamento deste produto é a tangibilização da experiência Multiplus no dia a dia dos participantes, oferecendo os melhores benefícios e recompensas, com taxa de conversão por dólar gasto atrativas e competitivas.

Clube Multiplus: O Clube Multiplus oferece benefícios exclusivos aos participantes que se tornarem sócios. A partir da adesão de uma das quatro assinaturas disponíveis, a iniciativa permitirá o acúmulo de pontos de forma automática e recorrente, além de oferecer promoções e ofertas exclusivas em toda rede.

Pontus Corretora: A chegada da Pontus corretora ao mercado integra a estratégia da Multiplus de diversificar as possibilidades e fontes de pontos em atividades do dia a dia. O participante tem acesso aos melhores seguros, pagando por um preço de mercado competitivo, e ainda acumulando pontos. Além disso, a plataforma da Pontus Corretora oferece uma experiência totalmente digital, com agilidade, inovação e produtos de excelência das principais seguradoras do mercado. A corretora de seguros da Multiplus, que foi a primeira rede de fidelidade a dar pontos na contratação de Seguros, completou um ano com crescimento de 188% no quarto trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016. Os participantes Multiplus além de Seguro Auto, Residencial, Viagem e Vida, podem contratar online seguros dos produtos Garantia de Usados, Microseguro de Pessoas e Responsabilidade Civil.

Pontos + Dinheiro para produtos no Varejo: Em 2016 ampliamos a ferramenta 'Pontos + Dinheiro' para o resgate de produtos e serviços não aéreos. Essa opção permite que os participantes que não possuam saldo suficiente de pontos para o resgate nos parceiros da rede possam complementar com o pagamento em dinheiro. Ao selecionar um produto ou serviço, o participante conseguirá visualizar três combinações possíveis de pontos e dinheiro na página de detalhamento do produto. O objetivo é garantir ofertas atrativas que atendam a todos os perfis de participantes da Multiplus, com incentivos constantes para que eles aproveitem cada vez mais a experiência com a rede.

Mobile aéreo responsivo: Em 2016 atualizamos o *marketplace* da Multiplus para incorporar a possibilidade de resgates de passagens aéreas de forma responsiva nos smartphones e tablets. O pilar deste projeto é estimular o engajamento do participante da rede Multiplus por meio de funcionalidades cada vez mais amigáveis e de fácil utilização.

Comprei e Pontuei: Em 2017, com o objetivo de diversificar e estimular o acúmulo de pontos entre os seus participantes, o grupo Multiplus aprimorou a experiência do participante com o *marketplace* Comprei Pontuei. Entre as melhorias, quem adquirir produtos dos parceiros da Comprei Pontuei saberá, no momento da compra, a quantidade de pontos que serão acumulados e a data do crédito dos mesmos.

Reformulação da Plataforma de Hotéis: Em outubro de 2017 a Multiplus colocou no ar sua nova plataforma de reserva de hospedagem em parceria com o Hotéis.com, com ampliação do portfólio de hotéis e hostels, melhor experiência de navegação e parcelamento em até 12 vezes. Com a nova plataforma e demais parcerias do setor de hotéis e acomodações, que oferecem opções para os mais diversos perfis, a Multiplus fechou 2017 com mais de 900 mil diárias vendidas e crescimento de 184,2% em pontos emitidos com todos os produtos de T&E no último trimestre de 2017, comparado ao mesmo período de 2016.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Todos os investimentos conduzidos nos últimos três exercícios sociais foram financiados com capital próprio da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nos últimos três exercícios sociais não foram realizados desinvestimentos, bem como não há nenhum em andamento, e nem previsto.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Nosso modelo de negócio é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação. Os sistemas da Multiplus são localizados em ambientes de alta disponibilidade em modelo de datacenter convencional e serviços compartilhados em nuvem (contratos com IBM e Softlayer). Esta combinação proporciona maior eficiência operacional e financeira, além de melhor tempo de entrega de novos produtos e serviços.

Utilizamos como serviço compartilhado o sistema ERP da LATAM customizado para a Multiplus.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável para os três últimos exercícios sociais da Companhia.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável para os três últimos exercícios sociais da Companhia.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A companhia anunciou, conforme comunicado em 5 de maio de 2015, desenvolvimento de um sistema de *Dynamic Pricing*, que permitirá a Multiplus efetuar variações no número de pontos requeridos dos Participantes, para resgate por assento. Este projeto está em desenvolvimento e depende de fatores tecnológicos e operacionais, relacionados à migração do sistema Amadeus para o Sabre.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2017, a Companhia investiu o total de R\$9,1 milhões em novos projetos e manutenção, além de R\$4,09 milhões para continuação do processo de desenvolvimento da Pontus Corretora e da Prismah Fidelidade.

Em 2016 investimos o total de R\$ 16,3 milhões em novos projetos e manutenção mais 2,4 milhões para desenvolvimento da Pontus Corretora.

Em 25 de agosto foi publicado um fato relevante sobre a constituição da sociedade empresária limitada, sob a denominação de "Multiplus Corretora de Seguros Ltda." ("Sociedade"), com o propósito de desenvolver negócios relacionados a corretagem de seguros, denominada oficialmente de Pontus Corretora.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho da Companhia foram devidamente comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

Proposta de destinação do lucro líquido e de distribuição de dividendos, com as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09

ANEXO 9-1-II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. **Informar o lucro líquido do exercício** – R\$517.195.709,57
2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**
 - R\$517.195.709,57 (quinhentos e dezessete milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta e sete centavos), para distribuição de dividendos e juros de capital próprio.
 - Dividendos e juros sobre capital próprio, os quais foram pagos antecipadamente e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, sendo:
 - II) Distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$121.415.627,96 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos), correspondente a R\$0,74893103 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 6.434.474,24 (seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), correspondente a R\$0,03968993 por ação, ou de R\$ 5.306.238,65 (Cinco milhões trezentos e seis mil e duzentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,03273060 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, conforme apurado no Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 31 de março de 2017, após a realização das retenções legais, beneficiando os acionistas que constem do quadro acionário da Companhia em 05 de maio de 2017, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 08 de maio de 2017, inclusive. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos a partir de 20 de junho de 2017, sem qualquer remuneração adicional, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2017, conforme deliberou o Conselho de Administração na reunião realizada no dia 02 de maio de 2017.
 - II) Distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$113.532.524,01 (cento e treze milhões e quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e um centavo) , correspondente a R\$0,70024489034738 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$5.978.102,01 (cinco milhões e novecentos e setenta e oito mil, cento e dois reais e um centavo), correspondente a R\$0,03687168432740 por ação, ou de R\$5.079.690,48 (cinco milhões, setenta e nove mil, seiscentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,03133046969345 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, conforme apurado no Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2017, após a realização das retenções legais, beneficiando os acionistas que constem do quadro acionário da Companhia em 08 de agosto de 2017, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 09 de agosto de 2017,

inclusive. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos a partir de 13 de setembro de 2017, sem qualquer remuneração adicional, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2017, conforme deliberou o Conselho de Administração na reunião realizada no dia 03 de agosto de 2017.

- V) Distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$148.155.907,01 (Cento e quarenta e oito milhões, cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e sete reais), correspondente a 0,91379468360917 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$6.083.743,50 (Seis milhões e oitenta e três mil e setecentos e quarenta e três reais), correspondente a 0,03752325894614 por ação, ou de R\$5.169.456,77 (Cinco milhões, cento e sessenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,03188412324136 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, conforme apurado no Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 30 de setembro de 2017, após a realização das retenções legais, beneficiando os acionistas que constem do quadro acionário da Companhia em 10 de novembro de 2017, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 13 de novembro de 2017, inclusive. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos a partir de 05 de dezembro de 2017, sem qualquer remuneração adicional, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2017, conforme deliberou o Conselho de Administração na reunião realizada no dia 07 de novembro de 2017.
- VI) Distribuição integral do saldo de reserva de lucro retido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, depois de efetuadas as retenções legais e deduções dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente, sendo distribuídos como dividendos o valor de R\$ 109.207.988,95 (cento e nove milhões, duzentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos), correspondente a R\$0,67409402385 por ação e juros sobre o capital próprio no valor de R\$6.390.083,24 (seis milhões, trezentos e noventa mil, oitenta e três reais e vinte e quatro centavos), correspondente a R\$0,03944324007 por ação, ou de R\$5.429.757,63 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos), líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,03351556242 por ação, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, beneficiando os acionistas que constem do quadro acionário da Companhia em 12 de março de 2018, sendo que as ações da Companhia serão negociadas ex dividendo e ex-juros sobre o capital próprio, a partir de 13 de março de 2018, inclusive. Os dividendos e os juros sobre capital próprio ora aprovados serão pagos a partir de 03 de abril de 2018, sem qualquer remuneração adicional, conforme deliberou o Conselho de Administração na reunião realizada no dia 07 de março de 2018 e posteriormente retificada em 22 de março de 2018.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em relação ao lucro líquido: 100%

Em relação ao lucro líquido deduzido do prejuízo fiscal e a reserva legal:

- Lucro Líquido: R\$ 517.195.709,57

- Reserva Legal: R\$ 0,00

(A+B): R\$ 517.195.709,57

Percentual: 100%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio declarados foram pagos antecipadamente, por tal razão as informações foram inseridas no item 6.

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Ordinárias - R\$/ação em circulação	Não há
Preferenciais - R\$/ação em circulação	Não há

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

	Data de declaração	Data do Pagamento
Juros sobre capital próprio	Não há	Não há
Dividendos	Não há	Não há

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

	Data de declaração	Beneficiou os acionistas da Companhia na data	Data do pagamento
Juros sobre capital próprio	Não há	Não há	Não há
Dividendos	Não há	Não há	Não há

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

R\$517.195.709,57 (quinhentos e dezessete milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta e sete centavos) para distribuição de dividendos e juros de capital próprio.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos:

	Data da declaração	Data do pagamento
Dividendos e Juros sobre o capital próprio – RCA de 02.05.2017	02.05.2017	20.06.2017

Dividendos e Juros sobre o capital próprio – RCA de 03.08.2017	03.08.2017	13.09.2017
Dividendos e Juros sobre o capital próprio – RCA de 07.11.2017	07.11.2017	05.12.2017
Dividendos e Juros sobre o capital próprio – RCA de 07.03.2018, retificada em 22.03.2018	22.03.2018	03.04.2018

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício	Lucro líquido (prejuízo) R\$/ação
2017 - Ordinárias	3,19
2016 - Ordinárias	3,17
2015 – Ordinárias	2,95

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício	Data da aprovação	Dividendos		Juros sobre capital próprio bruto		Total Em R\$
		Em R\$	Por ação	Em R\$	Por ação	
2017 - Ordinárias	RCA 22.03.2018	109.207.988,95	0,67409	6.390.083,24	0,03944	115.598.072,19
2017 - Ordinárias	RCA 07.11.2017	148.155.907,01	0,91379	6.083.743,50	0,03752	154.239.650,51
2017 - Ordinárias	RCA 03.08.2017	113.532.524,01	0,70024	5.978.102,01	0,03687	119.510.626,02
2017 - Ordinárias	RCA 02.05.2017	121.415.627,96	0,74893	6.434.474,24	0,03968	127.850.102,20
2016 - Ordinárias	RCA 20.03.2017	129.542.118,74	0,79905	6.556.693,78	0,04044	136.098.812,52
2016 - Ordinárias	RCA 03.11.2016	120.736.954,65	0,74518	6.643.992,10	0,04100	127.380.946,75
2016 - Ordinárias	RCA 03.08.2016	123.387.496,68	0,76165	6.246.304,00	0,03855	129.633.800,68
2016 - Ordinárias	RCA 05.05.2016	114.180.367,36	0,70488	6.510.482,45	0,04019	120.690.849,81
2015 - Ordinárias	RCA 25.02.2016	137.183.181,92	0,84690	6.238.930,98	0,03852	143.422.112,90
2015 - Ordinárias	RCA 03.11.2015	132.056.259,74	0,81549	5.490.375,76	0,03390	137.546.635,50
2015 - Ordinárias	RCA 03.08.2015	99.350.018,53	0,61260	4.416.287,42	0,02730	103.766.305,95
2015 - Ordinárias	RCA 04.05.2015	91.019.786,03	0,56130	3.985.848,20	0,02461	95.005.634,23

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal:

Em relação ao lucro líquido de 2017, não houve necessidade de destinação dos lucros apurados no período para a reserva legal. Os montantes já registrados em tal reserva se encontram em seu limite máximo permitido para constituição, conforme requerido pela Lei 6.404/76, art. 193.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

	R\$
Lucro líquido do exercício	517.195.709,57
(-) Prejuízos acumulados	--
(+) Realização da reserva de reavaliação	--
(+) Realização da reserva de capital – remuneração baseada em ações	--
Base de cálculo da reserva legal	517.195.709,57
Reserva legal – 5% (i)	21.459.946,12

(i) A reserva legal foi constituída até o limite de 20% do capital social, motivo pelo qual sua constituição representa um percentual inferior a 5% do lucro líquido.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

Não Aplicável.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

Não Aplicável.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

Não Aplicável.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

Não Aplicável.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

Não Aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

“Artigo 34 - Apurado o resultado do exercício social e feitas as necessárias deduções legais e do artigo anterior, o lucro obtido deve ter a seguinte destinação:

- i. 5% (cinco por cento) do lucro líquido para a constituição de fundo de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;*
- ii. 25% (vinte e cinco por cento) do saldo de lucro líquido do exercício, após a dedução de que trata a alínea 'a' acima e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição de dividendo anual obrigatório para os acionistas;*
- iii. sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o*

excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e

- iv. o saldo remanescente terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, com base em proposta formulada pelo Conselho de Administração.*

Parágrafo Único - Por deliberação do Conselho de Administração, podem ser declarados e pagos dividendos à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes, ad referendum da Assembleia Geral.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

Será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não haverá retenções.

11. Em Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a) Informar o montante da retenção:

Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c) Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva:

Não aplicável.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa:

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável:

Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva:

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

Não aplicável.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva:

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Não aplicável.

b) Identificar o montante destinado à reserva:

Não aplicável.

c) Descrever como o montante foi calculado:

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção:

Não aplicável.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital:

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

c) Informar o montante destinado à reserva:

Não aplicável.

d) Explicar a natureza da destinação:

Não aplicável.

ANEXO III
Candidatos Indicados

ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, com redação dada pelo Anexo A da Instrução CVM 552/14

1) ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Antonio Luiz Rios da Silva
b. data de nascimento	15/06/1961
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	224.852.601-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	Data da realização da AGOE 27/03/2018
g. data da posse	Data da realização da AGOE 27/03/2018
h. prazo do mandato	02 anos - até 27 de março de 2020
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum outro cargo ou função exercidos no emissor
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	(i) não ter qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, e não ser vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador; (iii) não ter sido empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro.
l. número de mandatos consecutivos	Três mandatos consecutivos
m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Editora FTD Mercado editorial, na produção e distribuição de conteúdo didático
• cargo	Presidente
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	N/A
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
Não aplicável	

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	
Não aplicável	
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não aplicável
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não aplicável
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não aplicável
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não aplicável
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não aplicável
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não aplicável
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não aplicável

2) ÉLCIO ANIBAL DE LUCCA

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em

forma de tabela:	
a. nome	Élcio Anibal de Lucca
b. data de nascimento	14/01/1947
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	200.745.148-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	Data da realização da AGOE 27/03/2018
g. data da posse	Data da realização da AGOE 27/03/2018
h. prazo do mandato	02 anos - até 27 de março de 2020
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum outro cargo ou função exercidos no emissor
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	(i) não ter qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, e não ser vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador; (iii) não ter sido empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro.
l. número de mandatos consecutivos	Três mandatos consecutivos
m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	LUC CRA – Lucro com Responsabilidade Instituição
• cargo	Presidente
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	N/A
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
Não Aplicável	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas	

reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	
Não aplicável	
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não aplicável
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não aplicável
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não aplicável
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não aplicável
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não aplicável
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não aplicável
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não aplicável

3) CLAUDIA SENDER RAMIREZ

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Claudia Sender Ramirez
b. data de nascimento	30/10/1974
c. profissão	Administradora
d. CPF ou número do passaporte	282.612.068-90
e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. data de eleição	Data da realização da AGOE 27/03/2018
g. data da posse	Data da realização da AGOE 27/03/2018
h. prazo do mandato	02 anos - até 27 de março de 2020
i. outros cargos ou funções exercidos	Nenhum outro cargo ou função exercidos no emissor

no emissor	
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	Segundo mandato consecutivo
m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	TAM Linhas Aéreas S/A (LATAM Airlines Brasil), TAM S/A holding e LATAM Aviação / Serviços de Transporte Aéreo Regular
• cargo	Presidente
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Empresa Controladora
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
Não Aplicável	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	
Não aplicável	
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não aplicável
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não aplicável
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos	Não aplicável

do emissor	
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não aplicável
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não aplicável
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não aplicável
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não aplicável

4) RICARDO CAMARGO VEIRANO

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Ricardo Camargo Veirano
b. data de nascimento	21/03/1969
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	018.351.397-52
e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. data de eleição	Data da realização da AGOE 27/03/2018
g. data da posse	Data da realização da AGOE 27/03/2018
h. prazo do mandato	02 anos - até 27 de março de 2020
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum outro cargo ou função exercidos no emissor
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	Segundo mandato consecutivo
m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Veirano Advogados Associados Sociedade de advogados
• cargo	Sócio
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do	

terceiro setor	
Não Aplicável	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	
Não aplicável	
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não aplicável
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não aplicável
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não aplicável
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não aplicável
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não aplicável
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não aplicável
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não aplicável

5) JEROME PAUL JACQUES CADIER

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Jerome Paul Jacques Cadier
b. data de nascimento	26/03/1970
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	127.225.208-69
e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. data de eleição	Data da realização da AGOE 27/03/2018
g. data da posse	Data da realização da AGEO 27/03/2018
h. prazo do mandato	02 anos - até 27 de março de 2020
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum outro cargo ou função exercidos no emissor
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	N/A
l. número de mandatos consecutivos	Segundo mandato consecutivo
m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	TAM Linhas Aéreas S.A. (Latam Airlines Brasil) Aviação / Serviço de Transporte Aéreo
• cargo	Presidente desde maio de 2017
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Empresa Controladora
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
Não aplicável	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	
Não aplicável	
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como	

dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não aplicável
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não aplicável
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não aplicável
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não aplicável
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não aplicável
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não aplicável
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não aplicável

6) ALINE DE ALMADA MESSIAS

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Aline de Almada Messias
b. data de nascimento	10/05/1972
c. profissão	Advogada
d. CPF ou número do passaporte	261.948.688-21
e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. data de eleição	Data da realização da AGOE 27/03/2018
g. data da posse	Data da realização da AGOE 27/03/2018
h. prazo do mandato	02 anos - até 27 de março de 2020
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum outro cargo ou função exercidos no emissor
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não Aplicável
l. número de mandatos consecutivos	Primeiro mandato

m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Hospital Sírio Libanês Setor de saúde
• cargo	Diretora Jurídico e Compliance
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
Não aplicável	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não aplicável
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não aplicável
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não aplicável
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	
Não aplicável	
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
Não aplicável	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não aplicável
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não aplicável
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não aplicável
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não aplicável
b. controlador direto ou indireto do emissor	Funcionária da TAM Linhas Aéreas (LATAM Airlines Brasil) de outubro de 2013 à junho de 2017
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não aplicável

ANEXO IV

Remuneração dos Administradores, com as informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência

Item 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A administração acredita que a política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e os Diretores não estatutários, está em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia tem um compromisso estratégico de longo prazo com a seleção de profissionais e seu treinamento, com planos de remuneração visando atrair novos profissionais, motivá-los e fidelizá-los à Companhia.

A remuneração é estabelecida com base em práticas de mercado e através dela a Companhia objetiva ter a dedicação, engajamento e o máximo desempenho de seus executivos para que possam, em conjunto, concretizar o progressivo crescimento da Companhia. Tais referências de mercado são baseadas em pesquisas de remuneração, conduzidas por consultorias especializadas, nas quais a Companhia verifica sua competitividade frente a outras empresas nacionais, multinacionais brasileiras e estrangeiras, listadas em Bolsa de Valores ou não.

O objetivo principal da política de remuneração da Companhia é estabelecer critérios que possibilitem o reconhecimento e a valorização do desempenho funcional, incentivando o alcance e ou a superação de metas previamente estabelecidas, oportunidades de desenvolvimento e o estabelecimento e manutenção do equilíbrio da estrutura organizacional no que tange a cargos e salários, bem como a motivação do quadro de seus colaboradores.

A possibilidade de concessão de progressões salariais está vinculada à previsão orçamentária, cuja forma de gestão para esse fim é estabelecida pela Direção Executiva da Companhia. Todos os aumentos individuais devem estar relacionados à performance individual, ao potencial dos colaboradores e aos interesses da organização nos diversos segmentos de negócios.

A política salarial da Companhia está fundamentada em duas diretrizes principais que visam a assegurar um tratamento salarial adequado:

- Equilíbrio Interno: relação coerente entre os cargos, considerando o conteúdo e o seu valor na estrutura da Companhia.
- Equilíbrio Externo: relação entre os salários pagos pela Companhia e os salários pagos por segmento de mercado específico, comparados por meio de pesquisas salariais anuais.

Compete à área de Gestão de Pessoas da Companhia assessorar as áreas quanto à análise, avaliação e classificação na estruturação de cargos e salários administrativos.

As grades salariais foram criadas com base na Metodologia HAY e possuem amplitude ou extensão horizontal de 50%.

No caso dos Diretores, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

A Companhia tem como objetivo remunerar os membros da diretoria executiva de acordo com suas responsabilidades, sua competência e reputação profissional, bem como o valor de seus serviços no mercado. Para medir sua performance individual, a cada início de exercício são contratadas metas corporativas e individuais e as mesmas são avaliadas ao final deste período pela presidência e Conselho de Administração.

A remuneração total da Companhia é composta pela remuneração fixa, benefícios, remuneração variável de curto e incentivo de longo prazo.

Para este grupo de executivos, responsáveis pela estratégia de curto e longo prazo da Multiplus, a Companhia estabeleceu planos gerais para outorgas de ações restritas ou opções de compra de ações, que buscam incentivar resultados duradouros, a permanência dos executivos na empresa e alinhar os objetivos dos executivos aos interesses dos acionistas e investidores. O detalhamento dos Planos consta do item 13.4.

(b) composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

O Conselho de Administração da Companhia é remunerado de forma mensal e fixa (independentemente do número de reuniões), conforme valores aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

Em maio de 2017 o Comitê de Ética e Gestão de Pessoas propôs ao Conselho de Administração, o qual deliberou por cessar a remuneração dos membros que exercem função no Controlador.

Para os Diretores Estatutários e Não Estatutários, a remuneração praticada é baseada em uma parcela fixa e uma parcela variável, além dos benefícios diretos e indiretos, da remuneração baseada em ações e de plano de previdência privada.

- Remuneração Base: A remuneração base é o montante mensal pago com o objetivo de reconhecer e refletir o valor da experiência e responsabilidade do cargo de cada colaborador.
- Remuneração Variável: É a forma de reconhecer o alcance e a superação de resultados com base em indicadores pré-estabelecidos que possam contribuir para que a Companhia alcance seus resultados planejados.
- Benefícios Diretos e Indiretos: Conjunto de benefícios objetivando a atratividade e a permanência dos executivos na Companhia. Os benefícios visam conferir maior segurança aos administradores da Companhia, permitindo-lhes manter o foco no desempenho de suas respectivas funções. Entre os benefícios que a Companhia oferece estão assistência médica e odontológica (mediante opção de adesão).
- Plano de Previdência Privada: A Companhia oferece um plano de previdência privada complementar, no qual o executivo pode aplicar mensalmente até 12% do seu salário mensal e a Multiplus contribui em até 7% do salário mensal.
- Remuneração Baseada em Ações: A Companhia possui planos de outorga de ações restritas e opção de compra de ações que tem por objetivo a retenção e o reconhecimento do desempenho dos Executivos, além de estimular a expansão, o êxito e os objetivos da Companhia, alinhados aos interesses de seus acionistas, administradores e funcionários graduados, permitindo a estes últimos, adquirir ações, nos termos e condições previstos nos Planos. A outorga contribui para estes objetivos à medida que: (i) apoia a retenção dos executivos aumentando sua satisfação com seu pacote de remuneração total; (ii) apoia a retenção dos executivos mantendo seus pacotes de remuneração total alinhados ao que o mercado pratica, dificultando o assédio dos concorrentes e mercado em geral aos executivos da Multiplus, aumentando o custo para potenciais contratantes;

(iii) premia o desempenho diferenciado e a agregação de valor no curto, médio e longo prazo através do reconhecimento atrelado ao atingimento de metas associadas à entrega do orçamento anual (curto prazo) e a atuação em iniciativas estratégicas (médio e longo prazo).

O componente variável da remuneração representa uma parcela maior para executivos em relação aos demais colaboradores visto que a remuneração variável está vinculada ao efetivo alcance das metas.

O sistema de indicadores de performance que medem esse desempenho abrange metas financeiras, de qualidade e individuais.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

De acordo com a tabela abaixo, as proporções estimadas/aproximadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram:

	% em relação a remuneração total					
	Salário ou Pró-labore	Benefícios	Remuneração Variável	Remuneração Baseada em ações	Pós-emprego	Total
Conselho Administração	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretores Estatutários	27%	18%	39%	16%	0%	100%

Cabe ressaltar que os percentuais acima tiveram como base o ano 2017, podendo variar a cada ano.

Remuneração fixa (salário ou honorário fixo) e benefícios diretos e indiretos

A remuneração fixa, incluindo os benefícios diretos e indiretos, baseia-se em referências de mercado relevantes levando-se em consideração metodologia de avaliação de cargo, de acordo com fatores como conhecimento requerido, solução de problemas e responsabilidade por resultados na Multiplus. A parcela fixa da remuneração tem como objetivo de competitividade a mediana do mercado.

A remuneração fixa é atualizada anualmente pelo Acordo Coletivo de Trabalho e revisada levando em consideração as práticas de mercado, identificadas em pesquisas salariais, assim como a evolução da experiência e responsabilidade do profissional. Os benefícios são referenciados a valores de mercado.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é reavaliada anualmente, com base em pesquisa de mercado para esse nível e eventual ajuste decorrente dessa reavaliação é aplicado após aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral.

Para qualquer reajuste da Diretoria estatutária (exceção ao acordo coletivo anual, definido pelo sindicato), o valor é aprovado pelo Conselho de Administração.

Remuneração variável e remuneração baseada em ações

A remuneração variável de curto prazo está fundamentada no conceito de Participação nos Lucros ou Resultados e é calculada levando em consideração o desempenho da Multiplus, medido através de indicadores corporativos definidos com base no planejamento estratégico, abrangendo resultados financeiros e de satisfação dos clientes e o desempenho individual, avaliado pela aderência à metas anuais da companhia, resultando em um múltiplo salarial. O pagamento dessa parcela da remuneração está atrelado ao atingimento mínimo de Lucro Líquido naquele exercício.

Não há reajuste da política de remuneração variável, a não ser que fique constatado, por meio de pesquisa específica de mercado, que a Multiplus tenha perdido competitividade em sua remuneração variável, situação em que proposta de reajuste será encaminhada ao Comitê de Ética e Gestão de Pessoas do Conselho de Administração para deliberação.

O plano de outorga de ações restritas ou de opção de compra de ações atualmente vigente não tem metodologia para reajuste. Após o encerramento de sua vigência, novo instrumento de remuneração de longo prazo será proposto ao Comitê de RH do Conselho de Administração, de acordo com a prática do mercado de referência da Companhia, para deliberação.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

As razões para composição da remuneração dos executivos e membros do Conselho de Administração da Companhia são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos administradores, visando ganhos pelo comprometimento com o desempenho de curto prazo e os resultados de longo prazo.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os elementos da remuneração são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais.

A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores aprovados anualmente pelo Conselho de Administração que definem as metas para o período. O principal indicador de desempenho é o Lucro Líquido, e além dele são definidas metas relacionadas aos objetivos de curto e longo prazo da Companhia, como base de participantes ativos, percentual de vendas para segmento não financeiro, percentual de resgate fora do segmento aéreo, etc.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Um dos parâmetros de ajuste do salário base é o mercado, informado através das pesquisas e grupos de comparação.

Para a remuneração variável, o acompanhamento dos indicadores financeiros é realizado mensalmente, e a apuração final do resultado é realizada no início do ano subsequente ao exercício e aprovada pelo Conselho de Administração. Os indicadores financeiros funcionam como “gatilho” e definem o pagamento ou não da remuneração variável.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

As políticas de curto e médio prazo se alinham através da remuneração fixa e bônus atrelado à performance. As políticas de longo e médio prazo se alinham ao plano de opção de compra de ações da Companhia também atrelados a performance.

Uma vez que a Companhia considera essencialmente os resultados financeiros como parâmetro para determinação dos limites da remuneração variável anteriormente detalhada, assegura desta forma uma remuneração autossustentável (*self funding*).

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos. Os conselheiros que são funcionários do controlador, são devidamente remunerados pela Companhia conforme divulgado do item 13.15.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor:

Não há remunerações ou benefícios vinculados.

Item 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,42	3,33	0,00	9,75
Remuneração fixa:				
Salário ou Pró labore	864.959	2.311.056		3.176.015
Benefícios diretos e indiretos	-	311.990		311.990
Participação em comitês	-	Não Aplicável	-	
Outros	216.240	1.238.612		1.454.852
Descrição de Outras remunerações fixas	Encargos Sociais	Encargos Sociais	-	Encargos Sociais
Remuneração variável				
Bônus	-	Não Aplicável		-
Participação de resultados	-	3.310.852		3.310.852
Participação em reuniões	-	Não Aplicável		-
Comissões	-	Não Aplicável		-
Outros	-	-		-
Descrição de Outras remunerações variáveis	-	-		-
Pós-emprego	-	-		-
Cessação do cargo	-	Não Aplicável		-
Baseada em ações	-	1.407.658		1.407.658
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012. Assitencia médica, odontologica, vale refeição e previdencia privada.			
Total da remuneração	1.081.199	8.580.169		9.661.368

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Remuneração fixa:				
Salário ou Pró labore	1.492.428	3.915.765	-	5.408.193
Benefícios diretos e indiretos	-	437.493	-	437.493
Participação em comitês	-	Não Aplicável	-	-
Outros	149.422	1.094.240	-	1.243.662
Descrição de Outras remunerações fixas	-	Encargos Sociais	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	Não Aplicável	-	-
Participação de resultados	-	3.800.555	-	3.800.555
Participação em reuniões	-	Não Aplicável	-	-
Comissões	-	Não Aplicável	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de Outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	Não Aplicável	-	-
Baseada em ações	-	351.303	-	351.303

Observação	<p>O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.</p> <p>Assitencia médica, odontologica, vale refeição e previdencia privada.</p>			
Total da remuneração	1.641.849	9.599.356		11.241.205

2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
No de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Remuneração fixa				
Salário ou Pró labore	750.380	3.225.372	-	3.975.752
Benefícios diretos e indiretos	-	327.193	-	327.193
Participação em comitês	-	Não Aplicavel	-	-
Outros	187.595	1.050.070	-	1.237.665
Descrição de Outras remunerações fixas	-	Encargos Sociais	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	Não Aplicavel	-	-
Participação de resultados	-	4.157.649	-	4.157.649
Participação em reuniões	-	Não Aplicavel	-	-
Comissões	-	Não Aplicavel	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de Outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	Não Aplicavel	-	-
Baseada em ações	-	699.200	-	699.200

Observação	<p>O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.</p> <p>Assitencia médica, odontologica, vale refeição e previdencia privada.</p>			
Total da remuneração	937.975	9.459.483		10.397.458

Item 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Previsão para o exercício social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
No. de membros		4	
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.000.000,00	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	4.000.000,00	N/A

Previsão para o exercício social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
No. de membros			
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.000.000,00	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	7.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	5.000.000,00	N/A

Exercício social de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
No. de membros			
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.000.000,00	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	7.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	5.000.000,00	N/A

Item 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em ações

(a) termos e condições gerais

A Companhia possui plano de ações restritas de remuneração baseados em ações, administrado pelo Conselho de Administração, este auxiliado por comitê competente. Cabe ao Conselho de Administração realiza a outorga para o exercício, considerando as condições de atratividade de cada Plano. Cabe ao Diretor Presidente determinar os elegíveis e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração, bem como a quantidade de ações a serem outorgadas.

O Plano de Ações Restritas concede ao beneficiário um determinado número de ações que podem ser exercidas após período de *vesting*, se atingido o indicador de performance organizacional.

A outorga de ações, no âmbito do plano de outorga de ações, não poderá conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que exceda, a qualquer tempo, 3% do número total de ações do nosso capital social, observado que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do plano de opção de ações deve estar sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

O plano de opção de ações da Companhia permaneceu vigente para novas outorgas até 2016, sendo certo que atualmente só estão em aberto as opções exercíveis ou não, realizadas em outorgas anteriores.

(b) principais objetivos do plano

A outorga de ações restritas da Companhia tem por objetivo a retenção e o reconhecimento do desempenho dos executivos da Companhia, além de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia, alinhados aos interesses de seus acionistas, administradores e funcionários graduados, permitindo a estes últimos, adquirir ações, nos termos e condições previstos neste Plano Geral para a Outorga de Ações Restritas.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A outorga contribui para estes objetivos na medida em que:

- a) apoia a fidelização dos executivos aumentando sua satisfação com seu pacote de remuneração total;
- b) apoia a fidelização dos executivos mantendo seus pacotes de remuneração total alinhados ao que o mercado pratica, dificultando o assédio dos concorrentes e mercado em geral aos executivos da Multiplus, aumentando o custo para potenciais contratantes;
- c) premia o desempenho diferenciado e a agregação de valor no curto, médio e longo prazo através do reconhecimento atrelado ao atingimento de metas associadas à entrega do orçamento anual (curto prazo) e a atuação em iniciativas estratégicas (médio e longo prazo).

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano de ações restritas é parte da política de remuneração da Companhia, na medida em que é o único instrumento que protege e remunera exclusivamente o longo prazo, inserindo-se no conceito de remuneração variável de longo prazo.

A remuneração base e os benefícios viabilizam a atuação do executivo na empresa e a remuneração variável de curto prazo reconhece, majoritariamente, a entrega dos resultados de curto prazo. Apesar de apoiar a construção do longo prazo através de metas relacionadas ao planejamento estratégico da Companhia, a remuneração variável anual é baseada no ciclo orçamentário do ano em questão. Já o plano

baseado em ações só gera remuneração ao administrador quando o mercado reconhece a entrega através de valorização da ação da Companhia.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Ações Restritas alinha os interesses dos Beneficiários aos da Companhia, uma vez que os Beneficiários têm um incentivo adicional para implementar ações de curto, médio e longo prazos que gerem valor agregado para a Companhia. Ações estas que dever ser refletidas na valorização, no mercado, nas ações de emissão da Companhia e de titularidade do Beneficiário. Ainda, o plano compõe um instrumento de forte poder de atração e retenção de talentos na Companhia.

O plano não tem como escopo alinhar os interesses dos administradores ao da Companhia no curto prazo, o que é feito por meio da remuneração fixa e variável (participação de resultados), conforme indicado nos itens 13.1(b) e (e) deste Formulário de Referência.

(f) número máximo de ações abrangidas

A concessão efetiva de outorgas dos Planos está sujeita à disponibilidade de ações, conforme o nível de diluição máximo de 3% do número de ações em que se divide o capital social da Companhia (excluídas as ações novas emitidas em decorrência do exercício de Opções).

(g) número máximo de ações ou opções a serem outorgadas

Não há restrições, desde que respeitado o limite previsto no item 13.4 (f) acima. O número de ações ou opções outorgadas possui um valor cujo ganho potencial (spread) alinha o pacote total de remuneração do executivo a mercado. Este alinhamento é feito através de pesquisas de mercado com empresas especializadas neste tipo de informação.

Desta forma, o número máximo de ações restritas ou opções dependerá do ganho esperado definido para cada nível de executivo, de acordo com a política de remuneração total da companhia.

(h) condições de aquisições de ações

O Plano tem um prazo de carência ("*Vesting*"), através do qual os Beneficiários deverão permanecer na Companhia, para adquirir o direito de exercício das Opções.

Para a Outorga de Ações restritas baseadas em performance, o *Vesting* será de 04 anos, contados da data de outorga das Ações Restritas, em três parcelas iguais de 33,33% cada uma, sendo a primeira após o prazo de 24 meses completos da data da outorga, a segunda após 36 meses e a terceira após 48 meses da data da outorga.

A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários

(i) forma de liquidação

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- (i) Atingimento da meta de desempenho definida pela Conselho de Administração, cuja métrica da performance é o ROIC e será aplicado da seguinte forma:
- A cada vencimento do *vesting* será verificado o atingimento de, no mínimo, 90% da métrica de performance para a liberação das Ações daquele ano.
 - No ano em que a meta de performance não for atendida as ações com liberação prevista para aquele ano serão canceladas.
 - As ações passíveis de liberação serão transferidas imediatamente após o cumprimento do *vesting*.
 - Em caso de desligamento do beneficiário, por qualquer motivo, as ações serão canceladas.
- (ii) Cumprimento do período de *vesting*.
A liberação das Ações será feita respeitando o prazo de carência e percentuais de ações outorgadas:
- Ano 0: data de outorga – 0%
 - Ano 1: 0%
 - Ano 2: 33,33%
 - Ano 3: 33,33%
 - Ano 4: 33,34%

(j) restrições à transferência de ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direito de preferência em caso de alienação pelos Beneficiários dessas mesmas ações.

(l) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o plano e as opções "*unvested*" com base nele concedidas serão automaticamente extintos.

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das ações, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

(m) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Para as Outorgas de ações restritas, na hipótese de desligamento do beneficiário, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos descritos no item (i) na data de desligamento estarão automaticamente extintos, de pleno direito.

Não obstante o disposto aqui, o Conselho de Administração poderá, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário.

Item 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	6,42	3,33
Outorga de Ações Restritas		
Data de outorga	N/A	14/02/2017
Quantidade de ações outorgadas	N/A	87.073
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	2 anos
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	2 anos
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	34,81
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas (%)	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7	4
Outorga de Ações Restritas		
Data de outorga	N/A	08/03/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	126.487
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	28,25
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas (%)	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	4
Outorga de Ações Restritas		
Data de outorga	N/A	13/02/2015
Quantidade de opções outorgadas	N/A	119.731
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	34,63
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas (%)	N/A	N/A

Item 13.6 - Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros	6,42	3,33
Opções/Ações ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
	N/A	Plano Stock Options: 2ª outorga – 22.03.14 / 22.03.15 / 22.03.16 3ª outorga – 03.04.15 / 03.04.16 / 03.04.17 Especial - 20.11.15 /20.11.16 /20.11.17
	N/A	Ações Restritas: 1ª Outorga: 21.05.2016/21.05.2017/21.05.2018 2ª Outorga: 13.02.2017/ 13.02.2018/ 13.02.2019 3ª Outorga: 08.03.2018/08.03.2019/08.03.2020 4ª Outorga: 14.02.2019/14.02.2020/14.02.2021
Prazo máximo para exercício das opções/ações	N/A	2021
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Stock Options: O Conselho de Administração pode impor restrições à transferência das ações por prazo indefinido
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções exercíveis	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	N/A	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros	7,00	4,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	3ª outorga – 03.04.15 / 03.04.16 / 03.04.17 Especial - 20.11.15 / 20.11.16 / 20.11.17
	N/A	Ações Restritas: 1ª Outorga: 21.05.2016/21.05.2017/21.05.2018 2ª Outorga: 13.02.2017/ 13.02.2018/ 13.02.2019 3ª Outorga: 08.03.2018/08.03.2019/08.03.2020
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Stock Options: O Conselho de Administração pode impor restrições à transferência das ações por prazo indefinido
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções exercíveis	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	N/A	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros	7,00	4,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	2ª outorga – 22.03.14 / 22.03.15 / 22.03.16 3ª outorga – 03.04.15 / 03.04.16 / 03.04.17 Especial - 20.11.15 / 20.11.16 / 20.11.17
	N/A	Ações Restritas: 1ª Outorga: 21.05.2016/21.05.2017/21.05.2018 2ª Outorga: 13.02.2017/ 13.02.2018/ 13.02.2019
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Stock Options: O Conselho de Administração pode impor restrições à transferência das ações por prazo indefinido
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções exercíveis	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	N/A	N/A

Item 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções/Ações exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº de membros	6,42	3,33	3,33
Opções/Ações exercidas		Plano de Opções	Ações Restritas
Número de ações	N/A	68.525	30.551
Preço médio ponderado de exercício	N/A	32,75	37,44
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	4	0
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado	N/A	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

	Conselho de Administração	Diretoria	Diretoria
Nº de membros	7,00	4,00	4,00
Opções exercidas		Plano de ação	Ações Restritas
Número de ações	N/A	24.770	15.811
Preço médio ponderado de exercício	N/A	31,38	35,93
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das	N/A	5	0
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado	N/A	N/A	N/A

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros	7,00	4,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	49.481
Preço médio ponderado de exercício	N/A	30,74
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das	N/A	326.503
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado	N/A	N/A

Item 13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7

(a) modelo de precificação

Para determinar o valor justo do programa de outorga de opções do plano da Companhia foi utilizado o modelo de Black & Scholes.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga
Preço de exercício na data da outorga após modificação (R\$)	15,12	17,83	17,19	19,07
Preço médio de exercício ajustado (R\$) em 31.12.2016	N/A	N/A	43,75	49,54
Rendimento esperado do dividendo (%)	2,60	2,60	4,17	4,49
Volatilidade das ações no mercado (%)	33,79	33,79	32,78	34,56
Taxa de juros isenta de risco (%)	12,15	12,15	10,30	7,16
Tempo médio contratual (anos)	3,83	3,88	4,57	5,00
Modelo utilizado	Black & Scholes			

	1ª Outorga Extraordinária	2ª Outorga Extraordinária	3ª Outorga Extraordinária	4ª Outorga Extraordinária
Preço de exercício na data da outorga após modificação (R\$)	7,87	10,43	17,10	26,50
Preço médio de exercício ajustado (R\$) em 31.12.2016	N/A	N/A	N/A	32,75
Rendimento esperado do dividendo (%)	2,60	2,59	4,17	4,96
Volatilidade das ações no mercado (%)	33,79	34,24	32,78	34,59
Taxa de juros isenta de risco (%)	12,15	11,88	8,86	8,99
Tempo médio contratual (anos)	4,00	4,00	4,00	5,00
Modelo utilizado	Black & Scholes			

	1o Outorga (Restricted)	2o Outorga (Restricted)	3o Outorga (Restricted)	4o Outorga (Restricted)
Preço de exercício na data da outorga após modificação (R\$)	26,96	34,63	28,25	34,81
Preço médio de exercício ajustado (R\$) em 31.12.2017	N/A	N/A	N/A	N/A
Rendimento esperado por dividendo (%)	6,38	7,1	10,47	9,03
Volatilidade das ações no mercado (%)	30,12	29,85	37,09	41,34
Taxa de juros isenta de risco (%)	10,9	12,15	14,15	10,25
Tempo médio contratual (anos)	3,00	3,00	3,00	3,00
Modelo utilizado	Black & Scholes			

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, consideramos as seguintes premissas:

Premissas	
Preço médio de exercício ajustado	O preço médio ponderado se baseia no valor justo das opções determinado pelo modelo de precificação Black & Scholes.
Preço de exercício na data da outorga após modificação	O preço de exercício das opções foi determinado com base na média da cotação das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA S.A., ponderada pelo volume de negociação, no mês anterior ao da outorga, devidamente corrigida pela inflação (IGP-M) após a modificação.
Rendimento esperado do dividendo	A taxa de distribuição dos dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado determinado na data da precificação da opção.
Volatilidade das ações no mercado	Volatilidade anual esperada baseada nas cotações diárias.
Taxa de juros isenta de risco	Elaborada curva de juros considerando os títulos públicos disponíveis no mês na NTN-F.
Tempo médio contratual	É a média entre o vesting e a vigência do plano.
Preço no mercado acionário na data da última modificação	Foi determinado utilizando-se como base o preço da ação objeto da opção na data da última modificação.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não está previsto nos contratos o exercício antecipado das opções.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA.

(e) se alguma outra característica for incorporada na mensuração de seu valor justo

Não houve nenhuma outra característica para mensuração de seu valor justo. Não houve nenhuma outra característica para mensuração de seu valor justo.

Item 13.9 - Informação, por órgão, sobre as participações detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ações ordinárias detidas na Multiplus S.A. por órgão:

Órgão	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de Administração	2	2	2
Diretoria	72	1.781	22.842
Conselho Fiscal	0	0	0
Tesouraria	113.974	224.300	156.371

Item 13.10 - Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

2017	Conselho de Administração	Diretoria												
b) Número de membros	6,42	3,33												
c) Nome do plano	N/A	MULTIPLUS PREV												
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições	N/A	0												
e) Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Especial e Antecipada. Mínimo de 10 de tempo de casa; Mínimo de 03 de adesão ao plano; Termino do vínculo com a Instituidora Idades: Por tempo de Serviço: Mínimo de 60 anos de idade; Antecipada: Mínimo de 55 anos												
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 383.810,02												
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	149.316,82												
h) Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O resgate pode acontecer a partir do terceiro ano do empregado na Companhia, sendo ativo ou desligado. O participante que deixar a empresa antes da aposentadoria terá direito a 100% do saldo da conta do empregado (depósito mais rendimentos), acrescido de um percentual aplicado sobre do saldo da empresa (parte instituidora) conforme tabela abaixo:												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tempo de Serviço na Instituidora (em anos completos)</th> <th>% das contas Básica, Esporádica e de Transferência de Instituidora</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 3 anos</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>3 anos</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>4 anos</td> <td>50%</td> </tr> <tr> <td>5 anos</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>6 anos</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Tempo de Serviço na Instituidora (em anos completos)	% das contas Básica, Esporádica e de Transferência de Instituidora	Até 3 anos	0%	3 anos	30%	4 anos	50%	5 anos	80%	6 anos	100%
Tempo de Serviço na Instituidora (em anos completos)	% das contas Básica, Esporádica e de Transferência de Instituidora													
Até 3 anos	0%													
3 anos	30%													
4 anos	50%													
5 anos	80%													
6 anos	100%													

2016	Conselho de Administração	Diretoria																				
b) Número de membros	7,00	3,00																				
c) Nome do plano	N/A	TAMPREV																				
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições	N/A	0																				
e) Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Especial e Antecipada. Mínimo de 10 de tempo de casa; Mínimo de 03 de adesão ao plano; Termino do vínculo com a Instituidora Idades: Por tempo de Serviço: Mínimo de 58 anos de idade (Terra); Especial: Mínimo de 55 anos																				
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 461.090,59																				
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	187.986,73																				
h) Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	<p>O resgate pode acontecer a partir do terceiro ano do empregado na Companhia, sendo ativo ou desligado. O participante que deixar a empresa antes da aposentadoria terá direito a 100% do saldo da conta do empregado (depósito mais rendimentos), acrescido de um percentual aplicado sobre do saldo da empresa (parte instituidora) conforme tabela abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Tempo de Serviço na Instituidora (em anos completos)</th> <th>% das contas Básica, Esporádica e de Transferência de Instituidora</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 3 anos</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>3 anos</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>4 anos</td> <td>40%</td> </tr> <tr> <td>5 anos</td> <td>50%</td> </tr> <tr> <td>6 anos</td> <td>60%</td> </tr> <tr> <td>7 anos</td> <td>70%</td> </tr> <tr> <td>8 anos</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>9 anos</td> <td>90%</td> </tr> <tr> <td>10 anos</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Tempo de Serviço na Instituidora (em anos completos)	% das contas Básica, Esporádica e de Transferência de Instituidora	Até 3 anos	0%	3 anos	30%	4 anos	40%	5 anos	50%	6 anos	60%	7 anos	70%	8 anos	80%	9 anos	90%	10 anos	100%
Tempo de Serviço na Instituidora (em anos completos)	% das contas Básica, Esporádica e de Transferência de Instituidora																					
Até 3 anos	0%																					
3 anos	30%																					
4 anos	40%																					
5 anos	50%																					
6 anos	60%																					
7 anos	70%																					
8 anos	80%																					
9 anos	90%																					
10 anos	100%																					

2015	Conselho de Administração	Diretoria
b) Número de membros	7,00	3,00
c) Nome do plano	N/A	TAMPREV
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições	N/A	0
e) Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Especial e Antecipada. Mínimo de 10 de tempo de casa; Mínimo de 03 de adesão ao plano; Termino do vínculo com a Instituidora Idades: Por tempo de Serviço: Mínimo de 58 anos de idade (Terra); Especial: Mínimo de 55 anos
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	273.103,86
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	50.185,77

O resgate pode acontecer a partir do terceiro ano do empregado na Companhia, sendo ativo ou desligado. O participante que deixar a empresa antes da aposentadoria terá direito a 100% do saldo da conta do empregado (depósito mais rendimentos), acrescido de um percentual aplicado sobre do saldo da empresa (parte instituidora) conforme tabela abaixo:

h) Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Tempo de Serviço na Instituidora (em anos completos)	% das contas Básica, Esporádica e de Transferência de Instituidora
		Até 3 anos	0%
3 anos	30%		
4 anos	40%		
5 anos	50%		
6 anos	60%		
7 anos	70%		
8 anos	80%		
9 anos	90%		
10 anos	100%		

Item 13.11 - Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Item não divulgado em razão de medida liminar concedida nos autos da ação ordinária nº 2010.51.01.002888-5, pelo MM Juízo da 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro ao IBEF/RJ, do qual a Multiplus S.A. é associada. A liminar em questão segue em vigor por força de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça na MC 17350–RJ.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o limite da remuneração global da administração da Companhia é fixado anualmente por seus acionistas, quando da Assembleia Geral Ordinária, cabendo ao Conselho de Administração sua alocação entre os membros da administração, consoante permissão contida no art. 152 da Lei n.º 6.404/76 e competência conferida pelo Estatuto Social da Companhia (documento este que é objeto de aprovação pelos acionistas).

A Multiplus está alinhada às melhores práticas de governança e transparência do mercado e, a cada dia, trabalha para entregar melhores valores aos seus participantes e acionistas. A divulgação de informação no nível de detalhe requerido expõe, de forma delicada e significativa, um determinado grupo de executivos, o que pode gerar impactos na segurança dos envolvidos e nas diretrizes estratégicas da empresa.

Dessa forma, em respeito a tais direitos individuais e à decisão da justiça brasileira, a Multiplus se absterá de divulgar, de forma detalhada, as informações requeridas neste item, para também preservar os direitos individuais à privacidade e à segurança das pessoas físicas, sem que, no entanto, haja qualquer tipo de prejuízo informacional ao mercado.

Item 13.12 - Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores

Em 31 de dezembro de 2017, não tínhamos quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Item 13.13 - Percentual da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores do emissor

2017

Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
24,9%	NA	NA	24,9%

2016

Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
53,1%	NA	NA	53,1%

2015

Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
52,2%	NA	NA	52,2%

Item 13.14 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, nenhuma remuneração é paga pela Companhia para administradores e membros do conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

Item 13.15 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 - demais remunerações recebidas, a título da ocupação de cargo na administração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	268.708	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 - demais remunerações recebidas, a título da ocupação de cargo na administração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	802.800	N/A	N/A	802.800
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 - demais remunerações recebidas, a título da ocupação de cargo na administração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	802.800	N/A	N/A	802.800
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Item 13.16 - Outras informações julgadas relevantes

Não há outras informações relevantes não divulgadas anteriormente.

ANEXO V
Boletim de Voto à Distância

AGOE - MULTIPLUS S.A. de 27.04.2018

Nome:
CNPJ ou CPF do acionista:
Orientações de preenchimento O Manual para participação na Assembleia Geral Extraordinária encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da empresa, http://ri.pontosmultiplus.com.br
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante O boletim de voto a distância (BVD) deverá ser encaminhado para a Al. Xingu nº 350, 17º andar, conj. 1701/1702, Cond. iTower Iguatemi Alphaville, Alphaville Empresarial e Industrial, CEP 06455-911, Barueri/SP, para Relações com Investidores, junto com: (i) Via física original do BVD devidamente preenchido, rubricado e assinado; (ii) Comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (art. 40 LSA), para comprovação da qualidade de acionista (a Cia. dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); (iii) Cópia da via original dos documentos: - <u>Para pessoas físicas</u> : a) Documento de identidade válido e com foto do acionista. - <u>Para pessoas jurídicas</u> : a) Estatuto ou contrato social consolidado e atualizado e docs societários que comprovem a representação legal do acionista; e b) Documento de identidade válido, com foto. - <u>Para fundos de investimentos</u> : a) Regulamento consolidado e atualizado do fundo; b) Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e docs que comprovem os poderes de representação; e c) Documento de identidade válido e com foto. Os boletins e documentos acima devem ser recebidos até 02 dias antes da data da AGOE. A Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido e os procedimentos e prazos para retificação e reenvio. A Companhia solicita que as procurações outorgadas em português e sob a legislação brasileira tenham reconhecimento de firma. Para as procurações outorgadas no exterior, que não tenham sido originalmente lavradas em português, deverão ser apresentadas com tradução juramentada e consularizadas nos respectivos órgãos, para aceitação do BVD.
Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia Alameda Xingu nº 350, 17º andar, conjuntos 1701 e 1702, Condomínio iTower Iguatemi Alphaville, Alphaville Empresarial e Industrial, CEP 06455-911, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, aos cuidados da área de Relações com Investidores.
Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar – São Paulo CEP 04538-132 Atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 7209285 (demais localidades) O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h. Email: atendimentoescriuracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGOE
<p>Deliberação Simples</p> <p>1. a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.</p> <p>[<input type="checkbox"/>] Aprovar [<input type="checkbox"/>] Rejeitar [<input type="checkbox"/>] Abster-se</p>
<p>Deliberação Simples</p> <p>2. b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social.</p> <p>[<input type="checkbox"/>] Aprovar [<input type="checkbox"/>] Rejeitar [<input type="checkbox"/>] Abster-se</p>
<p>Deliberação Simples</p> <p>3. c) ratificar as aprovações de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, os quais foram pagos antecipadamente e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme deliberado nas respectivas Reuniões do Conselho de Administração.</p> <p>[<input type="checkbox"/>] Aprovar [<input type="checkbox"/>] Rejeitar [<input type="checkbox"/>] Abster-se</p>
<p>Eleição do conselho de administração por chapa única</p> <p>Chapa única</p> <p>ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA (Efetivo)</p> <p>ELCIO ANIBAL DE LUCCA (Efetivo)</p> <p>CLAUDIA SENDER RAMIREZ (Efetivo)</p> <p>RICARDO CAMARGO VEIRANO (Efetivo)</p> <p>JEROME PAUL JACQUES CADIER (Efetivo)</p> <p>ALINE DE ALMADA MESSIAS (Efetivo)</p> <p>4. d) Indicação de todos os nomes que compõem a chapa – Chapa Única</p> <p>[<input type="checkbox"/>] Aprovar [<input type="checkbox"/>] Rejeitar [<input type="checkbox"/>] Abster-se</p> <p>5. Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?</p> <p>[<input type="checkbox"/>] Sim [<input type="checkbox"/>] Não [<input type="checkbox"/>] Abster-se</p> <p>6. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu?</p> <p>[<input type="checkbox"/>] Sim [<input type="checkbox"/>] Não [<input type="checkbox"/>] Abster-se</p> <p>7. Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da %(porcentagem) dos votos a ser atribuída</p> <p>ANTONIO LUIZ RIOS DA SILVA (Efetivo) [<input type="checkbox"/>] %</p>

ELCIO ANIBAL DE LUCCA (Efetivo) []%

CLAUDIA SENDER RAMIREZ (Efetivo) []%

RICARDO CAMARGO VEIRANO (Efetivo) []%

JEROME PAUL JACQUES CADIER (Efetivo) []%

ALINE DE ALMADA MESSIAS (Efetivo) []%

Deliberação Simples

8. e) Informar os valores efetivamente pagos como remuneração global da administração referente ao exercício social encerrado em 2017, bem como aprovar a verba destinada à remuneração global da administração, para o exercício social de 2018.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Questão Simples

9. De acordo com o art. 141 da Lei nº 6.404/76, deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração?

[] Sim [] Não [] Abster-se

Questão Simples

10. Em cumprimento à legislação, a Companhia questiona o interesse dos acionistas na instalação do Conselho Fiscal.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Cidade : _____

Data : _____

Assinatura : _____

Nome do Acionista : _____

Telefone : _____